



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

RAQUEL FARIAS DE BORBA

**A EEB JOÃO DOS SANTOS AREÃO EM SANTA ROSA DO SUL
(SC): ENTRE PUNIR E DISCIPLINAR (1940-1970)**

Florianópolis
Dezembro/2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

RAQUEL FARIAS DE BORBA

**A EEB JOÃO DOS SANTOS AREÃO EM SANTA ROSA DO SUL
(SC): ENTRE PUNIR E DISCIPLINAR (1940-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Sociologia e História da Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clarícia Otto.

Florianópolis
Dezembro/2012

Borba, Raquel Farias de

A EEB João dos Santos Areão em Santa Rosa do Sul (SC): entre punir e disciplinar (1940-1970) [dissertação] / Raquel Farias de Borba ; orientadora, Clarícia Otto - Florianópolis, SC, 2012.

83 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. EEB João dos Santos Areão. 3. Memória. 4. Inspeção Escolar. 5. Castigos e Disciplina. I. Otto, Clarícia . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

**A EEB JOÃO DOS SANTOS AREÃO EM SANTA ROSA DO SUL
(SC): ENTRE PUNIR E DISCIPLINAR (1940-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 20/12/2012

Dra. Clarícia Otto (UFSC – Orientadora)
Dra. Giani Rabelo (UNESC – Examinadora)
Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva (UDESC – Examinadora)
Dra. Ana Cláudia de Souza (UFSC – Suplente)

RAQUEL FARIAS DE BORBA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder energia e persistência ao longo da vida e por esta rica oportunidade de crescimento pessoal e de aperfeiçoamento profissional.

Muitas são as pessoas a agradecer ao longo deste processo de formação. Destaco algumas delas, haja vista ser impossível mencioná-las todas.

Agradeço, profundamente, à professora Clarícia Otto, pela sua paciência, por não ter desistido de mim, pela orientação atenta e firme, pelas numerosas idas e vindas nas leituras e correções do texto visando ampliar o meu pensamento e compreensão sobre o assunto, pelo carinho e atenção na colocação das palavras e frases, sempre me incentivando a seguir em frente.

À professora Vera Lucia Gaspar da Silva, que acreditou no meu trabalho e contribuiu de um modo especial na minha decisão de ingressar no mestrado.

Às professoras Vera Lucia Gaspar da Silva, Andréa Ferreira Delgado e Giani Rabelo que, na banca de qualificação, fizeram críticas relativas ao andamento da pesquisa e contribuíram com sugestões de modo a eu ter a chance de continuar aprendendo.

Aos professores do mestrado, Alexandre Fernandez Vaz, Maria das Dores Daros e Diana Carvalho de Carvalho, pelas contribuições acadêmicas e pessoais para a minha (re)construção como professor-pesquisadora.

À professora Giani Rabelo, que colaborou para a realização deste estudo indicando e doando material de suas pesquisas.

Às professoras entrevistadas, Eny, Gonçalves e Maria Luiza, por terem tornado possível que eu me aproximasse de suas histórias relacionadas aos tempos de docência na EEB João dos Santos Areão. Vocês propiciaram momentos de sabedoria e reflexão.

À Direção e aos funcionários da EEB João dos Santos Areão, pelo auxílio e disponibilização de documentos.

Aos meus pais José e Lorena, por todo o ensinamento de vida, com exemplos de fé e confiança. Amo vocês, obrigada por tudo.

Ao meu marido Robson (Nego), pela grande contribuição nas exaustivas viagens. Com amor e paciência sempre demonstrou confiança e foi apoio necessário.

Aos meus irmãos, Agenor, Ademar e Jucimar (Mana), que sempre me apoiaram e contribuíram para minha formação de um modo especial. Ao meu cunhado/irmão Marcos, pelo incentivo.

À minha amada filha Lara, que chegou ao longo desta pesquisa, ensinando-me o verdadeiro sentido do amor. Muito obrigada, minha pequena professora.

Ao CNPq pela concessão de sete meses de bolsa, às quais muito contribuíram neste processo de estudos.

A todos os colegas do Mestrado, pela amizade e companheirismo.

Por fim, agradeço novamente a Deus por cada uma dessas pessoas que colaborou, pois esse convívio com pessoas tão especiais possibilitou uma caminhada prazerosa.

*Documentos para a educação
precisam ser tomados, portanto, na
sua mais ampla acepção:
escritos, ilustrados, transmitidos
pelas imagens,
pelo som ou de qualquer outra
maneira
(NUNES; CARVALHO, 2005, p. 38).*

RESUMO

Este trabalho está circunscrito aos estudos da história das instituições escolares. Numa retrospectiva histórica, apresento aspectos da trajetória da Escola de Educação Básica (EEB) João dos Santos Areão, em Santa Rosa do Sul (SC), a qual teve início em 1940 sob a denominação Escola Isolada Morro das Mortes. Entre outros, os aspectos sobre os quais me debrucei mais atentamente dizem respeito aos dispositivos de controle utilizados na referida escola, tanto em relação aos alunos quanto aos professores: castigos físicos, disciplina/castigos morais, inspeção escolar, vínculo escola e igreja, essencialmente à igreja católica. Tais questões constam nas fontes impressas, manuscritas e iconográficas, e fontes orais. As fontes impressas e manuscritas são constituídas por relatórios, livros ponto, atas, termos de inspeção escolar, boletins escolares, regulamentos, imagens, decretos e bibliografia. As fontes orais foram produzidas na realização de entrevistas com três professoras aposentadas. As memórias de cada professora entrevistada são compreendidas na perspectiva da memória coletiva conforme indicado por Halbwachs (2006). As fontes permitiram inferir que essa escola, mesmo situada no interior do estado catarinense, não ficou alheia às mudanças no que concerne aos métodos de ensino, postos em marcha pelos pensadores escolanovistas, no Brasil, desde o início do século XX. Uma das ideias dos idealizadores da Escola Nova dizia respeito à transição dos castigos físicos para a disciplina. Todavia, o que se observa na EEB João dos Santos Areão é a permanência de ambos, muito embora a proibição de castigos físicos constasse em lei desde meados do século XIX.

Palavras-chave: EEB João dos Santos Areão. Memória. Inspeção Escolar. Castigos. Disciplina.

ABSTRACT

This work is limited to studies of the history of schools institutions. In historical retrospective, I present aspects of the development of the School of Basic Education (EEB) João dos Santos Gravel in Santa Rosa do Sul (SC), which began in 1940 under the name Isolated School Morro das Mortes. Among others, the aspects of which leaned more closely are related to the control devices used at the school, both to students and teachers: corporal punishment, discipline / punishment moral, school inspection, school bond and church, primarily the Catholic Church. Such issues included in printed sources, manuscript and iconographic, and oral sources. The fonts are printed and handwritten are consisted of reports, books section, minutes, terms of inspection school newsletters school regulations, images, decrees and bibliography. The oral sources were produced in interviews with three retired teachers. The memories of each teacher interviewed are understood from the perspective of collective memory as indicated by Halbwachs (2006). The sources allowed to infer that this school even located within the country side state of Santa Catarina, has not been blind to the changes in Regarding teaching methods, set in motion by school thinkers, in Brazil since the early twentieth century. One of the ideas of the creators of the New School concerns the transition of corporal punishment to discipline. However, what seen in EEB João Dos Santos Areão is the permanence of both, although the ban on corporal punishment were stated in law since the mid-nineteenth century.

Keywords: EEB João dos Santos Areão. Memory. Punishments. Discipline. Inspection School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Santa Rosa do Sul (SC).....	27
Figura 2: Alfredo Teixeira da Rosa.....	30
Figura 3: Capela de Santa Rosa de Lima (1932).....	31
Figura 4: Trevo (BR 101) de acesso a Santa Rosa (década de 1950).....	32
Figura 5: Capa do Relatório da Escola Reunida Professor André Antônio de Souza (1958).....	34
Figura 6: João dos Santos Areão.....	38
Figura 7: Alunos no jardim do Grupo escolar João dos Santos Areão (década de 1970).....	43
Figura 8: Vista parcial da EEB João dos Santos Areão (2012).....	46
Figura 9: Professoras de Santa Rosa participando de cursos de formação (Araranguá).....	50
Figura 10: Exame Final para o 5º ano (1965).....	59
Figura 11: Capa do Relatório do Grupo Escolar João dos Santos Areão (1965).....	60
Figura 12: Visita do Inspetor escolar (1959).....	65
Figura 13: Inspetor Escolar Otávio Munir Bacha.....	66
Figura 14: Trecho da visita da inspetora escolar Nair Alves Bratti (1965).....	67
Figura 15: Parecer do Inspetor Escolar (1965).....	70
Figura 16: Prova final para o segundo ano (1959).....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Denominações da atual EEB João dos Santos Areão e Diretores (1940-2012).....	36
Quadro 2: Reuniões pedagógicas e visitas do inspetor escolar (1958-1969).....	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A EEB JOÃO DOS SANTOS AREÃO EM SANTA ROSA DO SUL(SC)	27
2.1	SANTA ROSA	28
2.2	UMA ESCOLA: VÁRIOS NOMES	33
3	MEMÓRIAS SOBRE UM TEMPO E UM JEITO DE SER PROFESSORA	47
3.1	SOBRE TRÊS PROFESSORAS ENTREVISTADAS.....	49
3.2	ALÉM DA SALA DE AULA: IGREJA E COMUNIDADE.....	53
4	AGENTES E DISPOSITIVOS DISCIPLINARES	62
4.1	INSPETORES ESCOLARES.....	63
4.2	“CRIANÇA OCUPADA É CRIANÇA DISCIPLINADA”.....	73
4.3	“ENTROU NO PORTÃO DA ESCOLA, EU JÁ ESTAVA AVALIANDO”.....	79
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	FONTES	86
	FONTES ORAIS	88
	REFERÊNCIAS	89
	ANEXOS	97

1 INTRODUÇÃO

A Escola de Educação Básica (EEB) João dos Santos Areão é a mais antiga instituição de ensino do município de Santa Rosa do Sul. De acordo com Werle (2007, p. 151), pesquisar e tentar (re)construir aspectos da história de instituições escolares “não é permanecer na presencialidade, no hoje da instituição, mas descrever, compor narrativas de seus diferentes momentos de existência”.

Nessa direção, ao tentar compor narrativas e descrever aspectos de facetas do passado dessa escola, percebi a necessidade de buscar, além de documentos em geral, memórias de pessoas diretamente envolvidas em sua trajetória histórica: três professoras aposentadas. Ainda, assim como pontua Werle (2007), que para escrever história é necessário lançar um duplo olhar, sobre o presente e sobre o passado. Esse movimento deve ser constante, pois é na ligação entre presente e passado que a história é produzida.

Nesse sentido, compreendo a história como resultado de uma produção, de uma prática e de um “fazer” na direção da proposta de Certeau (2010, p. 81):

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em ‘isolar’ um corpo, como se faz em física, e em ‘desfigurar’ as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto *a priori* (Grifos do autor).

Nessa perspectiva, a trajetória desta pesquisa consistiu também num trabalho de procura, de recorte, de seleção e de produção de fontes ao entrevistar três professoras a fim de ouvir suas lembranças relativas às práticas pedagógicas e ao envolvimento com a comunidade local. As memórias das práticas pedagógicas por elas vivenciadas quando professoras na EEB João dos Santos Areão propiciou que eu também

relembresse aspectos de minha trajetória na educação escolar. Esse processo de rememorar, de acordo com Otto (2012, p. 24),

ocupa lugar central na educação das diferentes gerações e na necessária conexão entre memória, história e identidade. O ser humano, individualmente, ou no grupo social, não é somente portador de memórias, também as significa. Os sentidos atribuídos à memória decorrem de suas experiências interconectadas ao tempo e ao espaço, tanto do presente quanto do passado.

Minha família sempre participou ativamente de minhas atividades, em especial minha mãe, que, mesmo tendo frequentado somente até a segunda série do ensino primário, muito me auxiliou durante a trajetória escolar. Iniciei meu processo de educação escolarizada aos sete anos de idade, numa Escola Isolada na localidade de Forquilha do Cedro, interior de Santa Rosa do Sul. Fiz as duas primeiras séries nessa escola. Ao ingressar na terceira série, em 1991, fui para o então Colégio Estadual João dos Santos Areão, no qual completei o Ensino Médio em 2000; à época, segundo grau.

Durante o Ensino Médio, fui convidada, pela Direção do Colégio, a trabalhar como estagiária. Essa experiência despertou em mim o interesse pela carreira do magistério.¹ Em 2001, tive a oportunidade de ingressar no Curso de Pedagogia à distância, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na cidade de São Joaquim (SC). Nessa localidade, iniciei minha carreira como professora, pois, enquanto frequentava o curso de Pedagogia, passei a trabalhar na educação infantil, com crianças de zero a 2 anos de idade, em uma pequena escola privada denominada Centro Educacional Dinâmico. Esse Centro atendia desde a educação infantil até à oitava série do ensino fundamental, totalizando, na época, uma média de 150 alunos.²

Depois dessa experiência, em 2006, voltei para Santa Rosa do Sul e continuei na carreira do magistério. Complementei minha formação em Pedagogia frequentando um curso de Especialização em Prática

¹ O convite ao estágio tinha como pré-requisito boas notas e bom comportamento.

² A escola contratava professores não habilitados, pois havia vagas em escolas estaduais e municipais com salários cerca de 30% mais altos, atraindo desse modo os habilitados.

Interdisciplinar, Educação Infantil e Séries Iniciais, oferecido pela Faculdade de Capivari (FUCAP). Em 2009, cursei Gestão e Orientação Educacional e frequentei, como aluna especial, a disciplina História da Profissão Docente: Memória de professores, ministrada pela professora Vera Lucia Gaspar da Silva, no Mestrado em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis; experiência que me fez perceber o quanto ainda preciso avançar, isto é, como é longa e infinita a busca pelo conhecimento profissional.

Essa última experiência despertou o meu interesse pela pós-graduação em nível de mestrado. No segundo semestre de 2010, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a proposta de pesquisar sobre a história da EEB João dos Santos Areão.

Esta pesquisa também vem se juntar a outros estudos sobre instituições escolares e, em consequência, vincula-se ao campo da história da educação.

A História das instituições educativas tem tomado fôlego no contexto dos estudos de história da educação no Brasil, inserindo-se num processo de renovação no campo da história da educação e constituindo-se como um novo campo temático da historiografia da educação brasileira (GATTI JUNIOR, 2002, p. 20 apud WERLE, 2007, p. 148).

É importante ressaltar que na perspectiva indicada por Gatti Junior (2002) estão sendo desenvolvidas, pelo Grupo de Pesquisa em História e Memória da Educação (GRUPEHME), vinculado à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), pesquisas sobre as instituições escolares da própria região (RABELO et al., 2006).

A história da educação é ainda compreendida como integrante de um campo; de acordo com Bourdieu (2004b, p. 20-21), como um “espaço relativamente autônomo”. A autonomia é relativa, pois, embora o autor não esteja referindo-se especificamente ao campo educacional e ao Brasil, a teoria do campo, proposta pelo autor, dá indicações da necessidade de se compreender a educação articulada e/ou recebendo influências do conjunto de mudanças sociais, políticas, culturais, entre outras.

Além disso, a autonomia relativa se dá pelo fato de o campo educacional também ser atingido por determinações e/ou negociações

dos outros campos, como, por exemplo, o campo político e o campo religioso.

Fonseca (2003, p. 63), em discussão sobre as relações entre história da educação e história cultural, e dos avanços obtidos nos debates em torno da primeira, diz que

práticas docentes, processos de escolarização, práticas educativas e idéias pedagógicas não podem ser pensados em si, nem somente em sua relação com o que podemos chamar de universo escolar, como uma instância autônoma (que na verdade não é). Estão impregnados da pluralidade de aspectos presentes nas relações estabelecidas cotidianamente entre grupos e indivíduos.

Nessa direção, o estabelecimento de relações, em vez de fronteiras, muito contribui para o avanço das pesquisas e do olhar sobre o passado, independentemente do campo em foco. Segundo Pesavento (2005, p. 16), “a presença da História Cultural assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão”. A autora, em outro trecho, muito bem adverte para aspectos que contribuem para fundamentar a escolha metodológica e de fontes utilizadas neste trabalho. Assim se refere: “a preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe [...] a questão do indivíduo, da subjetividade e das histórias de vida. Não mais, contudo, uma história biográfica, dos grandes vultos da História, mas muito mais biografias de gente simples” (PESAVENTO, 2005, p. 56).

Retomando o ensinamento de Certeau (2010), o ponto de partida para a concretização deste trabalho se deu com a localização de fontes e coleta de informações, feita em dois momentos: (1) juntando informações contidas em relatórios, livros-ata, livros-ponto e iconografia;³ (2) contatando professoras que pudessem falar sobre suas vivências

³ Esses documentos encontram-se na EEB João dos Santos Areão.

relacionadas à escola, especialmente nas quatro primeiras décadas de sua existência (1940-1970). Alerto que tal delimitação temporal não é rígida no sentido de não se olhar o período anterior e posterior a essa indicação cronológica bem como há uma maior ênfase às décadas de 1950 e 1960.

Esse recorte temporal se justifica não somente por se alinhar às primeiras décadas de existência da escola, mas também por ser um período repleto de mudanças sociais e políticas no Estado brasileiro.⁴ É importante sinalizar que o início da década de 1970, mais precisamente em 1971, passaram a vigorar novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, expressas na Lei nº 5.692/71. Com essa Lei, a estrutura do ensino no país foi alterada. Tratar sobre esse período também há a vantagem de poder encontrar pessoas distanciadas do tempo em que foram professoras, mas com a memória em plena possibilidade de rememorar, de olhar para o que vivenciaram.

Desse modo, além das fontes manuscritas e impressas, constituídas por relatórios, livros ponto, atas, termos de inspeção escolar, boletins escolares, regulamentos, decretos e bibliografia; utilizei a metodologia de produção de fontes orais, compreendendo-a, conforme pontua Alberti (2004, p. 25), como uma metodologia que, no campo da história das instituições, pode “também ajudar a esclarecer o conteúdo, a organização e as lacunas de arquivos existentes nas instituições”. Todavia, Alberti vai além, e, não somente indica que ela deva ser utilizada para preencher “lacunas de arquivos”. A autora chama a atenção para o aprofundamento necessário em torno dessa metodologia, de modo a não usá-la tão somente no preenchimento de lacunas de outros documentos. Assim diz a autora:

⁴ Somente para citar dois deles, as várias fases do governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e de 1951-1954). É também o período em que ocorre o golpe da ditadura militar em 1964, que vigora até o fim dos anos de 1980.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a da história oral como um todo – decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a *recuperação do passado vivido conforme concebido por quem viveu* (ALBERTI, 2004, p. 16. Grifos da autora).

Tendo por base essa perspectiva teórica proposta por Alberti (2004), as três professoras aposentadas, e, uma delas, Maria Luiza, também diretora na mesma escola, por mim entrevistadas, que se dispuseram a colaborar com a pesquisa foram: Maria Luiza Cyrele Raupp, 77 anos de idade; Eny de Souza Teixeira, 74 anos de idade; e Gonçalves Ramos dos Santos, 71 anos de idade. As entrevistas foram realizadas após um contato prévio, com horário sugerido pelas próprias professoras e com base em um roteiro (Anexo A). Depois de gravadas, as entrevistas foram transcritas e entregues às professoras que leram, rubricaram cada página da transcrição e assinaram a Carta de Cessão Gratuita de Direitos de Entrevista Oral (Anexos B, C e D). As entrevistas ficarão sob minha guarda, em meu acervo particular. Além disso, os fragmentos utilizados neste trabalho resultam de um processo de transcrição e de recorte temático cuja ênfase são as suas memórias sobre os dispositivos disciplinares e o envolvimento com a comunidade na época em que eram professoras. Importante, ao mesmo tempo, ressaltar que as memórias sobre o vivido, conforme por elas concebido, são pensadas na perspectiva da memória coletiva.

De acordo com Halbwachs (2006, p. 78-79), “nossa memória não se apóia na história aprendida, mas na história vivida”. Nesse aspecto, não obstante as professoras lembrem tendo por base sua experiência, tal lembrança está associada a um lugar, a um grupo de convívio, quer dizer, a uma experiência coletiva, pois,

a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada. Claro, se pela memória somos remetidos ao contato direto com algumas de nossas antigas impressões, por definição a lembrança se distinguiria dessas idéias mais ou menos precisas que a nossa reflexão, auxiliada por narrativas, testemunhos e confidências dos outros, nos permite fazer de como teria sido o nosso passado (HALBWACHS, 2006, p. 91).

Pelas falas das professoras, foi possível identificar e reconstituir um conjunto de características do processo de escolarização da EEB João dos Santos Areão, em Santa Rosa do Sul, desde 1940 até 1970.

As memórias foram tomadas como documentos para a escrita dessa trajetória histórica, elas indicam aspectos das vivências de um tempo, seja de uma pessoa, seja de um determinado grupo. As memórias são fontes para compreensão de acontecimentos, tanto de períodos remotos quanto de tempos recentes.

Ao focalizar as memórias, constrói-se uma visão da trajetória e funcionamento de um determinado grupo e período, pois, segundo Halbwachs (2006, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

Na direção do postulado por Halbwachs, as professoras falam com base em suas memórias, que têm a ver com um grupo no qual viviam. Sendo assim, as memórias são individuais e coletivas ao mesmo tempo. Bosi (2009, p. 411), dentre outros autores, segue o pensamento de Halbwachs nesse particular: “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”.

Desse modo, na lembrança de algum acontecimento, as pessoas se ligam aos fatos vivenciados pelos grupos sociais com que conviveram e à relevância dada por eles, determinando, dessa forma, o que é “memorável”. Nessa direção, toda memória é coletiva, pois “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e

objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Assim, há uma ligação entre memória individual e coletiva, afinal, é impossível lembrar-se de fatos que ocorreram no grupo, se nada se identifica com suas lembranças.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Desse modo, para que a memória de uma pessoa seja constituída, é necessária a combinação de diferentes memórias dos diversos grupos nos quais essa pessoa está inserida, sendo utilizadas, dessa maneira, a memória individual e a coletiva. Isso ocorre porque “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

De acordo com Ataíde (2006, p. 318), o “depoimento oral, ao tempo em que reconstrói uma história pessoal, promove, também, um profundo processo de revisão, reconstrução e resignificação do passado e do presente”. Rabelo et al. (2010a, p. 32), ao utilizarem fontes orais, ressaltam que, por meio delas, “é possível encontrar diversos elementos constitutivos tanto da identidade como dos saberes que guiaram as práticas docentes em diferentes contextos”. Os autores sugerem ainda que, pela utilização de fontes orais “também podemos observar a comparação do tempo passado com o presente, como uma necessidade de contextualizar historicamente, na perspectiva de construção do tempo presente” (RABELO et al., 2010a, p. 45).

Nessa metodologia de produção de fontes orais, também segui as indicações de Portelli (1997, p. 17) no que concerne ao compromisso ético do pesquisador: “o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral”.

As memórias das entrevistadas muito contribuíram para o entendimento dos processos pelos quais a escola foi passando, as práticas pedagógicas nela desenvolvidas, a ingerência da política estatal

na nomeação de professores, na mudança de nomes, entre outros. As memórias das professoras remetem às suas vivências profissionais e definem suas experiências inseridas em determinado contexto. Silva e Schueroff (2010, p. 33), ao tratarem sobre o conteúdo das entrevistas com professores, ressaltam que tal prática/procedimento

revela práticas do cotidiano escolar que possivelmente não encontraríamos em outros suportes, como, por exemplo, o uso de castigos físicos no ensino primário como meio para disciplinar a criança, mesmo depois de proibido legalmente. O castigo físico, como a palmatória, era uma prática proibida se tomarmos como referência os documentos oficiais; já a história oral nos revela que seu uso permaneceu nas escolas por um longo período, a despeito da proibição.

Pelas memórias, também foi possível visualizar determinada cultura escolar. Segundo Julia (2001, p. 10), a cultura escolar “é descrita como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Grifos do autor). As práticas escolares são fundamentais na compreensão da cultura escolar, definem características que identificam, além da instituição, a sociedade na qual está inserida. Todavia, conforme Julia (2001, p. 10-11), “normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação”.

Nessa linha de pensamento, os aspectos da trajetória da EEB João dos Santos Areão aos quais imprimir mais enfoque, são as estratégias utilizadas por parte do poder estatal para fazer com que os professores atuassem segundo a legislação de cada período. Por exemplo, o inspetor escolar realizava uma espécie de vigilância acerca do trabalho dos professores nas escolas com o objetivo de avaliar se estavam cumprindo a Lei em vigor. Esse serviço de inspeção pode ser compreendido como parte de um conjunto de “dispositivos” do Estado que visava disciplinar professores e diretores das escolas.

O termo “dispositivos” é uma categoria cunhada por Foucault e “trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de

‘dispositivos de poder’, de ‘dispositivos de saber’, de ‘dispositivos disciplinares’, de ‘dispositivos de sexualidade’ etc.” (REVEL, 2005, p. 39). Segundo Revel (2005, p. 40), “o problema é, então, para Foucault, o de interrogar tanto a natureza dos diferentes dispositivos que ele encontra quanto sua função estratégica”.

As estratégias escolares fornecem indicações sobre o contexto e as mudanças na escola primária em Santa Catarina, não somente na EEB João dos Santos Areão. No contexto de fins do século XIX e início do século XX, Fiori (1991, p. 77) diz que “o panorama geral da instrução pública catarinense apresentava-se desolador, o que era reconhecido abertamente pelo Governador”.

Apesar da reforma de 1910, proposta por Vidal Ramos, não houve uma forte presença estatal no ensino, até o fim da década de 1930. Assim, houve “um período em que a instrução se deu por iniciativa particular, com ou sem o incentivo de um padre, e as escolas eram particulares, particulares católicas/paroquiais ou ainda particulares que recebiam alguma subvenção municipal, estadual ou ainda do governo italiano” (OTTO, 2003, p. 111). Além dessa indicação de Otto (2003), que realizou pesquisa sobre as escolas italianas e paroquiais em Santa Catarina, existem outros estudos, como os de Klug (2003; 2011) e os de Tokarski (2003), sobre as escolas, alemãs, polonesas, entre outras.

Por meio desses estudos, têm-se indicativos da existência de associações de escolas, mantidas pelas próprias comunidades, fundadas por imigrantes e que, além de suprirem as necessidades do aprender a ler, escrever e contar, funcionavam como epicentros de difusão e “conservação” das respectivas culturas dos países de origem (OTTO, 2011).

Entretanto, Fiori (1991) ressalta que um dos marcos de mudança no ensino em Santa Catarina é o ano de 1910, quando Vidal Ramos assume o governo, haja vista que uma de suas metas era a reforma do ensino público. Para esse empreendimento, o governo importou elementos do modelo do estado de São Paulo com a contratação do professor Orestes Guimarães.⁵ Juntamente ao conjunto de ideias que eram veiculadas no período, passou a haver a inculcação da necessidade de métodos de ensino inovadores, modernos, já reconhecidos em outros países, isto é, as ideias da Escola Nova passaram a ser fomentadas também no território catarinense.

No bojo dessas discussões acerca da constituição de um modelo

⁵ Sobre Orestes Guimarães, ver o capítulo II da obra de Teive (2008).

escolar que buscava desqualificar um conjunto de práticas e saberes escolares que foram agrupados pelos escolanovistas em torno da definição de “tradicional”, pode-se observar na EEB João dos Santos Areão vestígios de convivência entre práticas tidas como tradicionais e outras como modernas. Assim, em consonância com Vidal (2003, p. 497), se pode inferir: “Operavam-se, no entanto, apropriações do modelo escolar negado, ressignificando seus materiais e métodos”.

Ainda, de acordo com Vidal (2003, p. 497),

já no fim do século XIX, muitas mudanças afirmadas como novidades pelo ‘escolanovismo’ nos anos 20 povoaram o imaginário da escola e eram reproduzidas, como prescrição, nos textos dos relatórios de inspetores e nos preceitos legais: a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno.

Procurei garimpar vestígios dessas ideias e práticas nos documentos escolares e nas memórias de professoras que atuaram na EEB João dos Santos Areão. Os aspectos relacionados aos dispositivos de controle, como a inspeção escolar, castigos físicos, à disciplina relacionada a castigos morais, são pensados de acordo com Foucault (1977). Segundo o aporte teórico foucaultiano, determinadas práticas com vistas a impor a disciplina, levam a pensar na escola como um lugar de recompensa e de punição, de comparação, de homogeneização, de privações, de humilhações. A escola, como outras instituições analisadas por Foucault, como, por exemplo, a prisão, seria um lugar de disciplinarização. Assim, de acordo com Foucault (2009, p. 161),

a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza ‘táticas’. A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar.

É nesse aspecto, conforme sinalizado por Souza (2008), que se podem vislumbrar as mudanças e permanências de práticas voltadas às punições em forma de castigos físicos e aquelas voltadas para a sua redução quando da implantação de mecanismos capazes de impor a disciplina.

Ainda que não se problematize de modo específico sobre as imagens inseridas neste trabalho, pois, as utilizo mais como ilustração do que como fonte, vale ressaltar, de acordo com Rabelo (s/d, p. 4522), que “a imagem é uma construção, uma expressão, um discurso visual”. Ademais, as fotografias “mostram muitas relações com a educação por meio de cenas como prédio escolar, uniforme, desfiles de 07 de setembro, lembranças escolares, cenas que envolvem as ‘escolhas’ daquilo que era importante registrar na escola” (RABELO *et al.*, 2006, p. 4).

Paiva (2006, p. 19) diz que “é importante sublinhar que a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, ir além daquilo que é, nela, dado a ler ou a ver. [...] A imagem não é o retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos”.

Por fim, este trabalho também pretende contribuir com a “guarda da cultura escolar”, conforme proposto por Rabelo *et al.*, (2006, p. 5) por meio das atividades do GRUPEHME. Esse Grupo de pesquisa, sob a coordenação de Giani Rabelo, entre outros projetos, coordena os trabalhos do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina

(CEMESSC), promove a catalogação e preservação de documentos das escolas municipais de Criciúma (SC) e sensibiliza as “equipes diretivas das escolas, além de técnicos da Secretaria Municipal de Educação, sobre a importância da preservação e guarda dos documentos escolares para a história da educação” (RABELO *et al.*, 2010, p. 221).

O CEMESSC foi implantado em 2009, conforme autorizado pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina por meio do Termo de Convênio nº 19.010/2011-1, firmado com a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC). Atualmente possui “um acervo digital composto por documentos textuais, iconográficos e objetos museológicos identificados e digitalizados ou fotografados encontrados nas escolas ou que circularam no âmbito das mesmas”.⁶

Nessa direção, embora modestamente, pretendo, com este trabalho, contribuir para a socialização de documentos referentes à cultura escolar da EEB João dos Santos Areão, o que justifica parcela da inserção desses nas páginas desta dissertação.⁷

Com base no que expus até aqui, este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No Capítulo 1 apresento a Introdução e indico as questões centrais de ordem documental e teórico-metodológica.

No Capítulo 2, intitulado “A EEB João dos Santos Areão em Santa Rosa do Sul (SC)”, situo o município e a escola nas suas várias denominações.

No Capítulo 3, “Memórias sobre um tempo e um jeito de ser professora”, apresento brevemente aspectos da trajetória profissional das professoras entrevistadas. Além disso, evidencio elementos característicos da prática docente do período em que foram professoras com destaque ao seu envolvimento com as famílias das crianças e com o andamento da vida comunitária. Nesse sentido, as professoras podem ser ao mesmo tempo vistas como “missionárias”.⁸ Imbricada à vida

⁶ http://200.18.15.10/muesc/muni_03.php. Acesso em: 4 jan. 2012.

⁷ Em torno do aprofundamento acerca dos artefatos materiais, ver Souza (2007). Segundo a autora (2007, p. 165), “os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar”, chamo a atenção que esta também seria uma possibilidade que ampliaria ainda mais os estudos já em curso nas escolas da região.

⁸ De acordo com Fischer (2005, p. 128-137), trata-se de um modo específico como o exercício do magistério foi assumido. Muitas vezes, as professoras faziam do exercício do magistério uma extensão da maternidade, iam para a escola fora do turno para o qual tinham sido contratadas a fim de atender os alunos com maior dificuldade, assumiam tarefas de cunho assistencial,

comunitária estava outra instituição que exercia poder e de certo modo controle com vistas a inculcar a moral nos fiéis: a igreja católica. A introdução de aspectos de sua doutrina contribuiu para que determinadas práticas docentes fossem impregnadas também do componente moral como uma forma de controle.

No Capítulo 4, “Agentes e dispositivos disciplinares”, o foco são as práticas escolares e disciplinares. Conforme já indicado no Capítulo 3, a disciplina era ainda mais intensificada em razão de um viés religioso posto em prática no espaço escolar.

Por fim, no Capítulo 5 apresento as considerações finais bem como projeção de futuras pesquisas.

catequético, entre outros serviços de líder na comunidade. Importante lembrar que para as congregações religiosas femininas, o termo, missionárias, embora guarde elementos idênticos no que se refere às atividades desenvolvidas, guarda também muitas distinções em relação ao termo quando atribuído às professoras leigas. Sobre as atividades missionárias de cinco congregações religiosas nas vilas operárias das minas de carvão no sul de Santa Catarina, na segunda metade do século XX, indico a tese de doutoramento de Rabelo (2008).

2 A EEB JOÃO DOS SANTOS AREÃO EM SANTA ROSA DO SUL(SC)

A atual Escola de Educação Básica (EEB) João dos Santos Areão, está situada na Rua XV de Novembro, nº 161, no centro de Santa Rosa do Sul (SC).⁹ Esse município está localizado no extremo sul catarinense, distante cerca de 250 Km de Florianópolis (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Santa Rosa do Sul (SC).



Fonte: Elaborado por Maurici de Oliveira com base em *sites* da internet.¹⁰

⁹ Neste trabalho, optei por utilizar predominantemente a atual denominação, EEB João dos Santos Areão, mesmo quando me referir aos períodos em que ela teve outras denominações: Escola Isolada Morro das Mortes, Escola Reunida André Antônio de Souza, Grupo Escolar João dos Santos Areão, Escola Básica João dos Santos Areão, Colégio Estadual João dos Santos Areão e, por fim, EEB João dos Santos Areão.

¹⁰ <http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/image/mapasc.htm>;
<http://www.mochileiro.tur.br/mapasc.htm>

As histórias em torno da localidade de Santa Rosa são variadas, de modo que é impossível discorrer suficientemente sobre todas neste capítulo. Pelo fato de a região fazer divisa com o Rio Grande do Sul, as revoluções Farroupilha (1835-1845) e Federalista (1893-1895) acabaram trazendo instabilidades, de modo a retardar a ocupação dessa região por parte da população não indígena.¹¹

Apenas com a finalidade de entender aspectos da trajetória da EEB João dos Santos Areão, é importante situá-la no atual município de Santa Rosa do Sul, pois, a sua primeira denominação está diretamente relacionada aos diferentes nomes atribuídos também à localidade na qual se encontrava.

2.1 SANTA ROSA

O território onde se localiza o Município sabe-se que os primeiros habitantes foram os índios carijós. O começo de sua colonização foi marcada pela compra de uma sesmaria por Manoel Rodrigues da Silva, que se localizava entre o Rio Mampituba e o Arroio Grande, mais tarde [...], o local passaria a ser conhecido como 'Morro das Mortes'.¹²

A denominação Morro das Mortes se deve, de acordo com Reitz (1948, p. 71), se deve à fuga de dois assassinos do estado do Rio Grande do Sul, encontrados e mortos pela polícia, às margens da Lagoa de Sombrio, próximo a um morro. A respeito desse episódio, também Coelho (2012, p. 26), diz o seguinte:

<http://asnovidades.com.br/mapa-de-santa-catarina-para-colorir/>. Acesso em: 30 ago. 2012.

¹¹ O governo de Santa Catarina por muito tempo desconsiderou a existência de grupos indígenas em terras catarinenses. Desse modo, com o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, e considerando que o estado tinha vastas regiões desabitadas, passa a fazer propaganda para incentivar a vinda e permanência de colonos para a região do atual município de Santa Rosa do Sul. Diante dessa falta de política por parte do governo, ocorreram numerosos conflitos e mortes entre colonos e indígenas.

¹² <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=421565#>.

Acesso em: 20 jan. 2012.

De acordo com a tradição oral, em 1893, durante a Revolução Federalista, rebeldes fugidos do Rio Grande do Sul procuraram abrigo em um capão de mata que havia no morro aonde hoje se localizam os reservatórios do Samae, logo atrás da Prefeitura Municipal. Um dos rebeldes, chamados de Maragatos, estava pescando às margens da Lagoa do Sombrio, quando foi capturado por soldados ligados ao governo riograndense, chamados de pica-paus. Os soldados o obrigaram a levá-los até o local aonde estavam outros dois companheiros de fuga. Chegando ao acampamento os fugitivos foram executados sumariamente, acusados de terem cometido assassinatos no Estado vizinho. Desde então o morro passou a se chamar Morro das Mortes.

Ao término da Revolução, algumas famílias do Rio Grande do Sul passaram a se interessar pela região do então Morro das Mortes. Dentre elas, três dedicadas ao comércio e, coincidentemente, os três homens tendo o mesmo nome: Alfredo Teixeira da Rosa, Alfredo Emerim e Alfredo José dos Santos. Em razão disso, os moradores, além de chamar o lugar de Morro das Mortes, passaram a chamar de Três Alfredos.

Figura 2: Alfredo Teixeira da Rosa.



Fonte: Coelho (2012, p. 96).

O nome da localidade foi alterado para Santa Rosa por indicação do padre Antônio Luiz Dias, vigário da Paróquia de Araranguá. O padre Antônio considerou a família Teixeira da Rosa uma das primeiras e mais influentes famílias da localidade e, em razão disso, determinou que o local passaria a se chamar Santa Rosa. Além disso, nomeou como sua padroeira Santa Rosa de Lima. A primeira capela começou a ser construída em 1928.

Figura 3: Capela de Santa Rosa de Lima (1932).



Fonte: Coelho (2012, p.83).

Farias (2001, p. 330) indica que, por meio da Resolução nº 01/55, de 24 de novembro de 1955, da Câmara Municipal de Sombrio, a localidade passa a ser Distrito e recebe o nome de Santa Rosa. Em 1988, Pela Lei nº 1.109, Santa Rosa foi elevada à categoria de município, passando a ser denominada Santa Rosa do Sul. Sua instalação administrativa ocorreu em 1º de junho de 1989, sendo então desmembrada de Sombrio (Anexo E).

Pelo que se pode deprender desse breve histórico, Santa Rosa do Sul teve, assim como tantas outras localidades, o direcionamento religioso que, inclusive, determinou o último nome pelo qual deveria ser chamada. Dentre os registros sobre a história do município, é visível a

ênfase relativa ao seu desenvolvimento, o qual se deu em torno da igreja e da escola. Assim igualmente ocorreu em outras localidades, pois, de acordo com Otto (2006, p. 47), no estudo feito sobre as colônias italianas no Médio Vale do Itajaí-Açu e no Sul catarinense, “de modo geral, o interesse no melhoramento da vida coletiva fundamentava-se em dois pilares: igreja e escola”.

Figura 4: Trevo (BR 101) de acesso a Santa Rosa (década de 1950).



Fonte: <http-www.santarosadosul.sc.gov.brhomeindex.php>

Essa localidade desde os primórdios teve sua economia em torno da agricultura e pecuária; até a atualidade, sua economia básica provém da agricultura. Hoje o município possui 8.241 habitantes.¹³ Pertence à microrregião de Araranguá, juntamente com os municípios de Passo de Torres, Praia Grande, São João do Sul, Sombrio, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Ermo, Turvo, Meleiro, Jacinto Machado, Maracajá, Morro Grande e Timbé do Sul.

No próximo tópico, abordo acerca dos vários nomes que a EEB

¹³ <http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/santarosasil.html>. Acesso em: 10 set. 2011.

João dos Santos Areão teve. O intuito é de se observar que tal como os nomes que a localidade recebeu por influências de acontecimentos sociais, políticos e econômicos, e, a indicação de cunho religioso católico, as várias denominações atribuídas à Escola resultam de reflexos da trajetória da política educacional no estado catarinense.

2.1 UMA ESCOLA: VÁRIOS NOMES

Alunos do terceiro ano do ensino médio, em 1999, do então Colégio Estadual João dos Santos Areão, realizaram um trabalho de pesquisa escolar entre os moradores da localidade com vistas a juntar informações sobre a história do colégio no qual estudavam. Desse trabalho, resultou um relatório que se encontra na EEB João dos Santos Areão e nele consta que, antes da construção da primeira escola, houve três professores:

Em 1911, o primeiro professor aparece na então chamada ‘Morro das Mortes’ [...] natural de Araranguá, Abraão Raupp dava aulas particulares, dando o direito de aprender apenas àqueles que podiam pagar [...] Em 1920, vem outro professor particular, Mario Emerim que também atendia a quem tivesse condições de pagar pelos ensinamentos. Em 1928, aparece Dona Maria Matos, que atendia todas as crianças em idade escolar [...] Esta última paga pelo governo do estado (RELATÓRIO, 1999).¹⁴

Nascimento (2009, p. 129) fala que as dificuldades a serem superadas para a instalação de escolas isoladas eram muitas e havia a necessidade de grande investimento por parte do governo estadual. Diz que o governador Hercílio Luz, em 1921, previa que “seriam necessários cerca de trinta anos para que as escolas isoladas estivessem ‘também convenientemente installadas em próprios estaduaes’” (Grafia conforme consta no original).

O registro de existência da primeira escola em Santa Rosa do Sul data de 1940, sob a denominação Escola Isolada Morro das Mortes, o

¹⁴ O referido relatório foi elaborado por alunos do terceiro ano do ensino médio, em 1999.

qual se relaciona diretamente ao primeiro nome dado à localidade.

De acordo com os documentos que encontrei, em 1958, consta como denominação, Escola Reunida Professor André Antônio de Souza (RELATÓRIO, 1958).¹⁵

Figura 5: Capa do Relatório da Escola Reunida Professor André Antônio de Souza (1958).



Fonte: Relatório da Escola Reunida Professor André Antônio de Souza (1958).

¹⁵ O Quadro 1 contém as informações de acordo com os documentos por mim utilizados. Sendo assim, futuramente esses dados poderão ser completados com novas pesquisas que se debrucem sobre outras fontes. Sobre o professor André Antônio de Souza, não consegui encontrar informações, apesar de muitas tentativas: procurei registros nas fontes documentais, conversei com ex-funcionários e professores, telefonei para a direção de uma escola com o mesmo nome em Ibituba (SC).

Embora não se possa observar totalmente (Figura 5), esse relatório apresenta-se em estado de deterioração, com folhas ligadas por uma linha de costura, amarelado pela ação do tempo, escrito com letra desenhada e com caneta de tinta azul clara. A abertura do relatório está se dirigindo a “Exma. Sra. Diretora do Departamento de Educação/Florianópolis”:

De conformidade com as determinações previstas no decreto nº 373, art. 680, apresento-vos o relatório deste Educandário, no qual exponho as ocorrências principais e fatos havidos no período letivo do ano de 1958. Desta oportunidade valho-me para externar-vos os protestos de minha alta estima e distinta consideração. Norma Cechinel-Diretora (RELATÓRIO, 1958, p. 1).

Constam do relatório os seguintes assuntos: “prédio e suas dependências. Condições de conservação e asseio a higiene. Número de salas dimensões e inclusive cubagem. Dimensão e lotação. Consertos executados: a) com verbas especiais. b) com verba de expediente” (RELATÓRIO, 1958, p. 2).¹⁶

Em 1965, a escola recebeu a denominação de João dos Santos Areão, precedida por Grupo Escolar, Escola Básica, Colégio Estadual e, por fim, Escola de Educação Básica (Quadro 1).

¹⁶ O relatório citado indica a existência de duas salas de aula com dimensões de 8,10m x 6,35m x 2,90m e de 8,10m x 4m x 2,90m cada uma delas, com capacidade para quarenta alunos. Além das salas de aula, havia dois mictórios, duas pequenas peças, uma para cozinha (desativada) e outra para guardar ferramentas.

Quadro 1: Denominações da atual EEB João dos Santos Areão e Diretores (1940-2012).

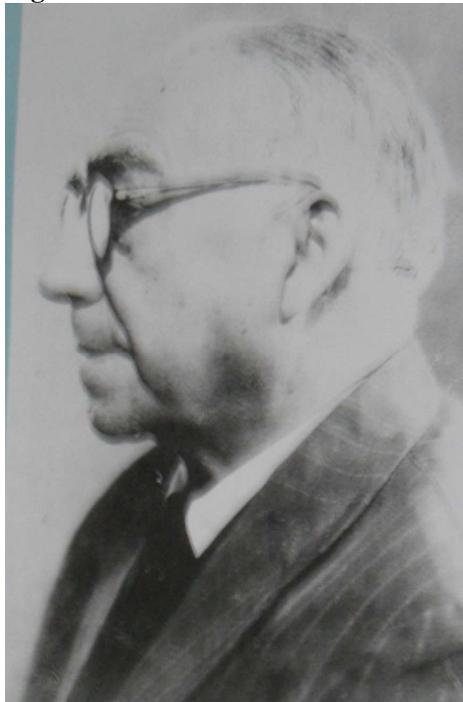
Período	Nome da Escola	Diretores
1940/1953	Escola Isolada Morro das Mortes	Isaura Freitas Emerim
1957	Escola Reunida Professor André Antonio de Souza	Doralina Maria de Bitencourt
1957/58	Escola Reunida Professor André Antonio de Souza	Norma Cechinel
1959	Escola Reunida Professor André Antonio de Souza	Maria Luiza Cyreli
1961	Escola Reunida Professor André Antonio de Souza	Sueli Speck da Rosa
1963/64	Escola Reunida Professor André Antonio de Souza	Doralina Maria de Bitencourt
1965/69	Grupo Escolar João dos Santos Areão	Bento Manoel Candido
1970	Grupo Escolar João dos Santos Areão	Antonio Santana Barbosa
1973/76	Escola Básica João dos Santos Areão	Edy Maciel da Cunha
1977/80	Escola Básica João dos Santos Areão	Sueli Speck da Rosa
1983/85	Escola Básica João dos Santos Areão	Sueli Speck da Rosa
1989	Colégio Estadual João dos Santos Areão	Visnoni de Bitencourt
1990/94	Colégio Estadual João dos Santos Areão	Fernando Dilmar Bitencourt
1995/96	Colégio Estadual João dos Santos Areão	Visnoni de Bitencourt
1997/98	Colégio Estadual João dos Santos Areão	Leonete Brovedan Bordignon
1999/2001	Colégio Estadual João dos Santos Areão	Albertina Trajano Raupp
2001/2008	Escola de Educação Básica João dos Santos Areão	Oniria Jovelina da Rosa
2009/2010	Escola de Educação Básica João dos Santos Areão	Lecy Terezinha Pinheiro Oliveira de Souza
2010	Escola de Educação Básica João dos Santos Areão	Fábia Matos de Borba
2011/2012	Escola de Educação Básica João dos Santos Areão	Ivonei de Oliveira Generoso

Fonte: Relatórios da Escola Reunida Professor André Antonio de Souza, 1958 e 1959; do Grupo Escolar João dos Santos Areão, 1964, 1965, 1966, 1968 e 1969; e do Colégio Estadual João dos Santos Areão, 1999.

O relatório de 1964 apresenta a seguinte caracterização física do Grupo Escolar João dos Santos Areão: “todas as peças da escola se encontram em condições péssimas, porém não precisam de reparos, pois o novo estabelecimento já está pronto, faltando apenas autorização e o mobiliário para ser ocupado” (RELATÓRIO, 1964, p. 2).

Em relação ao novo nome, Fiori (1991, p. 107) explica que João dos Santos Areão era natural de São Paulo. Em 1912, foi convidado por Orestes Guimarães, para vir a Santa Catarina, com vistas a atuar na educação. Em 1933, assumiu o cargo de Inspetor Geral das Escolas Subvencionadas pela União, além de ser encarregado de fiscalizar as escolas dos imigrantes estrangeiros. Na instalação do Estado Novo (1937-1945) ocorre a nacionalização forçada, isto é, as escolas étnicas ainda existentes foram suprimidas à força, ou seja, de forma autoritária. Nesse período, o nome do cargo que João dos Santos Areão ocupava passa a ser de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas.

Figura 6: João dos Santos Areão



Fonte: Arquivo Escola de Educação Básica João dos Santos Areão.

Para Campos (2008, p. 181-182), “educar o catarinense para constituí-lo como um cidadão disciplinado foi a preocupação central do projeto político que se afirmou em 1930 e consolidou-se no Estado Novo” instaurado por Getúlio Vargas. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) se encarregava da promoção do regime de Vargas junto à população e da censura à imprensa e aos veículos de comunicação. Dentre os vários meios de difusão das ideias nacionalistas estava a disciplina de Educação Moral e Cívica introduzida no currículo das escolas. Teive e Dallabrida (2011, p. 61), indicam que o professor paulista João dos Santos Areão fora “contratado para dirigir o Grupo Escolar de Laguna”

Em síntese, João dos Santos Areão se ocupou com a nacionalização do ensino. Em 1939, passou a orientar o Canto Orfeônico em Santa Catarina (UNGLAUB, 2008). Ainda, envolvendo esse personagem da história da educação em Santa Catarina, vale lembrar que entre 1935 e 1950, houve a chamada "Santíssima Trindade da Educação" sob o comando de três inspetores escolares: Luiz Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa.¹⁷ Convém ressaltar que em Santa Catarina, até 1950, a instrução pública foi liderada pelos três inspetores escolares, momento também em que há a polêmica “entre as concepções da Escola Nova e da escola tradicional” (FIORI, 1991, p. 124-125).

Nesse contexto, em Santa Rosa do Sul, foi na década de 1960 que a Escola Reunida passou a Grupo Escolar. Silva e Teive (2009) realizaram um mapeamento de pesquisas sobre os Grupos Escolares em Santa Catarina. As autoras indicam vasta produção bibliográfica sobre o assunto e assim se reportam aos Grupos Escolares:

17

Templos de civilização, como bem os denominou Rosa Fátima de Souza, os GEs representaram até o início da década de 1970 – quando, por força da Lei 5.692/71, foram substituídos pela escola de 1º grau – o ideal de escola: ensino graduado e racionalizado, classes divididas por idade, sexo e grau de adiantamento das crianças, prédios, instalações e mobiliários construídos segundo os modernos preceitos higienistas, predomínio de disciplinas de caráter enciclopédico, aulas de ginástica, música e trabalhos manuais, método de ensino e materiais didático-pedagógicos para o ensino intuitivo, e a prática das lições e coisas, ícones-chave da pedagogia moderna (SILVA; TEIVE, 2009, p. 32).

Também Teive e Dallabrida (2011, p. 16), tratam sobre os grupos escolares entre 1911 e 1918 e indicam que no contexto de criação dos grupos escolares deu-se a criação de uma cultura escolar em que,

a seleção das novas disciplinas, conteúdos e práticas escolares, ancorada nas ciências e nos valores republicanos da moral, do civismo e do patriotismo, deveriam conformar um moderno professor com a competência para instruir e educar as classes populares. Instruir no sentido de desenvolver e prover de conhecimento a mente da criança e educar no sentido de desenvolver-lhe o caráter, a disciplina e as qualidades morais, isto é, dirigir os seus sentimentos e regular a sua conduta.

Os inspetores escolares exerceram o serviço de promover o patriotismo, o nacionalismo, de difundir um ensino entendido pelos proponentes como ensino moderno e que formasse o cidadão republicano para cultivar a nação. Embora já houvesse inspetores escolares na província de Santa Catarina desde o século XIX, Fiori (1991) e Nagle (2006) indicam que o serviço de inspeção escolar foi efetivamente colocado em prática na reforma de ensino de 1911, com Vidal Ramos no governo e com o professor paulista Orestes Guimarães (FIORI, 1991; NAGLE, 2006).

Luciano (2001, p. 156), se referindo à Santa Catarina do século XIX, diz que a inspeção escolar

surgiu como controle da eficácia das atividades docentes. Era de certa forma, um mecanismo utilizado pelo governo para acompanhar as ações pedagógicas, por intermédio dos inspetores e delegados literários, pautada no argumento do nível de ensino e do desempenho docente.

O serviço de inspeção não ficou isento de problemas ao longo dos vários períodos, dentre eles, o estímulo financeiro. Visando fiscalizar as atividades docentes e discentes, “os Delegados Literários adentraram o século XX, imbuídos do propósito de controlar as ações docentes. Se compararmos as atribuições dos delegados literários, corresponderia a chamá-los hoje de supervisores escolares” (LUCIANO, 2001, p. 171).¹⁸

Não somente em termos de novos métodos de ensino, mas também em seu aspecto arquitetônico, a escola passou por reformas e ampliação. A imagem presente na memória da professora Gonçalves já não existe mais: “era uma salinha bem pequena. Naquela época, não havia banheiro não havia poço de água. Então, para as crianças irem ao banheiro era no meio do mato. Nem patente tinha, nem nas casas, eram bem poucas as casas”.¹⁹

Conforme sinalizei anteriormente, no relatório de 1964 havia a indicação de que um novo prédio estava sendo construído. Sendo assim, em 1966, 26 anos depois de sua criação, há o registro de a escola estar funcionando em novo prédio:

¹⁸ Ainda, sobre a inspeção escolar em Santa Catarina indico a Dissertação de Mestrado de Gonçalves (2000).

¹⁹ SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 1º de fevereiro de 2011.

1º) são 4 salas de aula conservadas com asseio de igual dimensão, ou seja, $6m \times 8m = 48m^2$. Com capacidade para 40 alunos. 2º) um ótimo e amplo galpão com $13m \times 16m = 208 m^2$. Neste galpão acham-se situadas as instalações sanitárias para os alunos, são de número, 2 latrinas e 2 chuveiros para cada sexo, todos funcionam regularmente. A fachada do prédio mede $8m \times 17m$. Nesta parte do prédio acha-se situado o gabinete do Diretor com as devidas instalações sanitárias, uma ampla sala de espera com mobiliário em boas condições. Fica (sic) também neste mesmo local as estações (sic) sanitárias para os professores (RELATÓRIO, 1965, p. 2).

No novo prédio, deixavam a desejar, de acordo com o relatório, as precárias condições da mobília escolar. Essa é descrita como estando velha e “em péssimas condições, o que vem prejudicando a grande parte do ensino, face a falta de carteiras e quadros” (RELATÓRIO, 1965, p. 2).

Aproximadamente três anos após estar funcionando em novo prédio, há a seguinte descrição: o “mobiliário é bom e está em estado de novo, pois este é o primeiro ano de uso” (RELATÓRIO, 1968, p. 2). Além dessa descrição, o relatório de 1968 menciona a construção de um jardim e pátio de recreio:

O jardim, recém-construído, tem boa apresentação, é bem cuidado pelas serventes, que o cultivam com muito zelo e principalmente com muito gosto. Quanto ao pátio de recreio, é amplo, está todo gramado e possui (sic) um bom campo de futebol oferecendo aos alunos estensão (sic) suficiente para se expandirem (sic) bem com muita segurança. É conservado e especialmente limpo e higiênico (RELATÓRIO, 1968, p. 2).

Figura 7: Alunos no jardim do Grupo escolar João dos Santos Areão (década de 1970).



Fonte: Arquivo pessoal de Silnei Melo.

Embora o relatório de 1968 indique boas condições de seu espaço físico, a Comissão de Ensino Básico da Secretaria de Educação e Cultura e o Conselho Estadual da Educação de Santa Catarina apresentam o seguinte parecer em relação ao Grupo Escolar João dos Santos Areão, no que concerne a passar a ter o funcionamento da 5ª série (5º grau):

Objeto: Autorização de funcionamento do 5º grau no G. E. 'João dos Santos Areão', de Sombrio.

Histórico: O presente processo após ter baixado em diligência retorna a essa comissão, examinando a documentação complementar, fazendo as seguintes observações:

Devem ser anexados ao processo os comprovantes de habilitação do corpo docente [...] Em relação ao currículo, Educação Moral e Cívica deve constar entre as disciplinas obrigatórias. O corpo docente não foi treinado para a aplicação da metodologia do Plano Nacional da Educação. O estabelecimento não possui sala adequada à realização dos trabalhos práticos; entretanto, a Coordenadoria Local admite a possibilidade de ser ela construída com o auxílio da população.

Parecer: Face ao exposto, e considerando que o citado nos itens 1º e 2º pode ser providenciado de imediato, transferindo-se para oportunidades futuras o que não está afeto ao estabelecimento realizar, somos pela autorização de funcionamento de 5º grau no G. E. 'João dos Santos Areão' de Sombrio, A TÍTULO PRECÁRIO, de acordo com o art. 7º, letra a, do Decreto nº 9.189/70 (PARECER, 1971).

No ano seguinte, a escola passa a se chamar Escola Básica João dos Santos Areão e com o funcionamento da 6ª série. Segue o texto que consta no documento na íntegra:

Objeto: Autorização para funcionamento da 6ª série do 1º grau.

Histórico: A Escola Básica 'João dos Santos Areão' de Santa Rosa recebeu em caráter Precário para o funcionamento da 5ª série do primeiro grau pelo parecer nº 65/71 e solicita agora autorização para o funcionamento da 6ª série do 1º grau.

Do exame verificamos:

O currículo não apresenta a divisão das disciplinas em obrigatórias, optativas e práticas educativas. Os professores das cadeiras de: História, Técnicas Comerciais, Educação Física bem como o secretário não comprovaram suas habilitações, no entanto o setor de cadastro do SEE, através da DAS, declara que os processos encontram-se em tramitação naquele órgão.

Parecer: Considerando que as deficiências poderão ser sanadas a curto prazo, somos de parecer favorável à autorização pleiteada a Título Precário, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 9.189/70 (PARECER, 1972). (Grifos no original).

Em 1989, foi instalado o então segundo grau, e a escola passou a se chamar Colégio Estadual João dos Santos Areão. Ao longo de aproximadamente dez anos, o segundo grau funcionou somente no período noturno.

Justificamos a implantação do curso de 2º grau em Santa Rosa do Sul, pois é uma prioridade e uma necessidade em nosso município, sendo que irá beneficiar a sede do município, bem como as comunidades vizinhas, que não tem condições de freqüentar o 2º grau em Sombrio ou São João do Sul por problemas de transportes. O município de Santa Rosa do Sul é essencialmente agrícola, por isso a disciplina profissionalizante, pois devemos educar o povo de acordo com suas necessidades, e uma das nossas necessidades é ensinar a lidar com agricultura, pois nosso município depende da agricultura (REGIMENTO, 1989, p. 10).

Por fim, a sua última denominação se deu em 2000 quando passou a ser denominada EEB João dos Santos Areão. Atualmente, a

escola conta com 25 professores efetivos, 27 professores admitidos em caráter temporário (ACTs), dois técnicos, duas assistentes de educação, um diretor, duas assistentes de direção, seis serventes e um vigia. O sistema de merenda escolar é terceirizado.

O total dos alunos matriculados é de 907, distribuídos em 41 turmas. Dessas, doze turmas de anos iniciais do ensino fundamental, com 276 alunos; quinze turmas de anos finais do ensino fundamental, com 352 alunos; e doze turmas de ensino médio, com 264 alunos.

Finalizando este capítulo, é importante ressaltar que, ao longo desses anos, muitas mudanças ocorreram paralelamente às mudanças de nome. Entretanto, também é possível observar muitas permanências ao longo de décadas. Por exemplo, em relação ao seu aspecto arquitetônico, a escola apresenta rachaduras, há uma visível falta de conservação do prédio. O espaço físico não é suficiente para o necessário desdobramento de turmas.

Figura 8: Vista parcial da EEB João dos Santos Areão (2012)



Fonte: Acervo de Raquel Farias de Borba. Foto dez/2012.

No próximo capítulo, mais aspectos relativos à trajetória da EEB João dos Santos Areão são apresentados, com base nas memórias das três professoras. De modo especial, selecionei questões acerca do processo de nomeação e do envolvimento delas com o cotidiano da vida na localidade, ou seja, de suas ações que iam além da sala de aula, tal como indagado por Fischer (2005, p. 124): “o que faziam além de *dar aula*?” (Grifo da autora).

3 MEMÓRIAS SOBRE UM TEMPO E UM JEITO DE SER PROFESSORA

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança [...] Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho (BOSI, 2009, p. 53-55).

Sem o objetivo de discutir sobre todos os elementos abordados pelas entrevistadas, o recorte temático se deu em torno da imagem da professora como educadora social, da compreensão de sua profissão como uma missão que não se restringia à sala de aula, mas ia além dela. Inclui-se nesse elemento uma ideia em voga no período, da escola como uma extensão da igreja e vice-versa.

Partilho, dessa forma, da indicação de Facin (2006, p. 3), ou seja, daquela “de fazer a história avançar por novos caminhos, que ampliam a perspectiva do uso de fontes, gerando múltiplas contribuições para a História da Educação”. Conforme indiquei na introdução, as memórias das entrevistadas são vistas na dinâmica do funcionamento do grupo no qual estiveram inseridas, de acordo com a perspectiva de Halbwachs (2006). Assim, não se pode compreender a história da vida de uma pessoa, desconectada da vida grupal na qual estava inserida.

Nessa compreensão também Thompson (1992, p. 303), embora não trate do conceito de memória coletiva, mas, na defesa da história oral, refere-se à possibilidade de que “as narrativas sejam utilizadas, muito mais facilmente na construção de uma interpretação histórica mais ampla”.²⁰

²⁰ Dentre os vários autores que tratam sobre a história oral, aparecem três indicações principais: história oral como técnica, como disciplina e como metodologia. Compreendo a história oral na direção da metodologia, como um exercício de refletir sobre ela como uma prática que produz fontes para a pesquisa e que essas são interpretadas, problematizadas pelo pesquisador. Tal direção encontra-se em Ferreira; Amado (2006).

As entrevistas, como todo testemunho, contêm afirmações que podem ser avaliadas. Entrelaçam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer-nos informações tão válidas como as que podemos obter de qualquer outra fonte humana (THOMPSON, 1992, p. 315).

Assim, as entrevistas são uma possibilidade de compreensão de aspectos das práticas pedagógicas na EEB João dos Santos Areão. Compreendo que as falas das professoras, como indicado por Portelli (1997, p. 16), são “como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente, depois de reunidos” pelo pesquisador. Ainda, de acordo com o autor (1997, p. 17), “nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência [...] Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras”.

Alinhado ao pensamento de Halbwachs ainda é importante considerar o indicativo de Rousso (2006, p. 94-95):

A memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui [...] um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Novoa (1992) já ponderou sobre a impossibilidade de o professor separar a vida pessoal da profissional. O professor expressa diferentes atitudes, crenças e metodologias ao longo de sua carreira, qualifica-os como fatos positivos e negativos, responsáveis por sua formação e seu desenvolvimento profissional.

Segundo Halbwachs (2006), a memória também é seletiva. Sendo assim, aquilo que as professoras relatam teve, de alguma forma, sentido para elas e foi constituindo as suas identidades. Não compreendo que todos os fatos significativos tenham sido relatados, em virtude de ter

sido uma única entrevista com cada uma delas. Mesmo assim, suas narrativas guardam muitas informações, semelhanças e diferenças principalmente no que concerne aos espaços de formação para ser professora. Interessa aqui situar brevemente alguns dados biográficos e o período de vínculo com a cidade de Santa Rosa do Sul, na EEB João dos Santos Areão.

3.1 SOBRE TRÊS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

As professoras entrevistadas, independentemente de se referirem mais diretamente às histórias da vida delas, fornecem um amplo conjunto de informações sobre características da EEB João dos Santos Areão, intenção central perseguida neste trabalho. Na expressão de Fischer (2005), são “histórias e discursos de um passado presente”, que vão desde os aspectos físicos, pedagógicos, da política educacional, das relações na escola e desta com os moradores da localidade, da falta de professores habilitados, entre outros.

Eu trabalhei dezoito anos só com alfabetização, só com 1ª série um período. Em outro período, trabalhava de 5ª a 8ª série, eu dei Educação Física, Educação Artística, Educação para o Lar e História. Faltavam professores habilitados, naquela época nós éramos polivalentes, nós ‘quebrávamos o galho’ de tudo. Só não trabalhei inglês, porque esse eu não sabia. [...] Professor naquela época era status, a gente chegava na escola, era como se chegasse um rei, bem tratado pelos pais, a gente ganhava presentes: batata assada era muito bom. As crianças levavam laranja, bergamota e a gente comia com eles, bem faceiras.²¹

A professora Eny começou a trabalhar como professora antes mesmo de concluir o Curso Normal, em 1955, e se aposentou em 1983. Dessa trajetória profissional, dois anos foram na EEB João dos Santos

²¹ SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 2 e 4.

Areão, ou melhor, no período em que a denominação era Escola Reunida Professor André Antônio de Souza, entre 1953 e 1964.

Sobre o início de sua trajetória como docente, assim ela se refere: “Eu não fiz concurso, era indicado, [...] era política. [...] aqui no João dos Santos eu trabalhei [...] quando eu estava estudando no Normal Regional”.²²

Sobre esse curso diz o seguinte:

Eu sei que quando nós fizemos o Normal Regional [em Sombrio], preparávamos as aulas num caderno bem grosso. Não me lembro se era por semana ou por mês. Mas era para todo o ano. A preparação era em cima do que aprendíamos no curso. [...]. A gente chegava na escola, abria o caderno, aquele mês, aquela semana já sabia o que ia trabalhar. A gente fazia depois do curso, em casa.²³

Figura 9: Professoras de Santa Rosa participando de cursos de formação (Araranguá, s/d).



Fonte: Coelho (2012, p. 116).

²² TEIXEIRA, Eny de Souza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Santa Rosa do Sul, 10 de janeiro de 2011, p.1.

²³ TEIXEIRA, Eny de Souza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Santa Rosa do Sul, 10 de janeiro de 2011, p.2.

A professora Maria Luiza concluiu o Curso Normal Regional em 1958 e foi para Santa Rosa a fim de atuar como professora, em 1959. Aposentou-se em 1975. Tão logo chegou, teve também de assumir a função de diretora. Maria Luiza estudou em uma congregação religiosa denominada Instituto Coração de Jesus, em Braço do Norte (SC), ao longo de seis anos. Nesta congregação iniciou como professora, numa turma no chamado Jardim de Infância, por três anos. Relata que, ao chegar a Santa Rosa, teve muitas dificuldades porque lá no convento o que ela trabalhava “não era nada de coisa de estado”, mas em Santa Rosa, “tinha que seguir o caminho, uma norma; e eu era diretora e professora da primeira série”.²⁴

Maria Luiza diz que o Curso Normal Regional “dava o direito de requerer uma cadeira, efetiva mesmo, como hoje”. Diferentemente da professora Eny, Maria Luiza relata ter feito concurso. Todavia, igualmente corrobora com a fala de Eny no que diz respeito à existência de indicação política para a ocupação da função de professora: “não tive padrinho [...] porque naquele tempo tinha os políticos que arrumavam as vagas melhores e eu não tinha ninguém, então tive que pegar essa vaga nesse lugar, [...] que diziam que tinha o Morro das Mortes”.²⁵ Sobre a escola tece a seguinte narrativa:

²⁴ RAUPP, Maria Luiza Cyreli. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Torres, 1º de fevereiro de 2011, p. 7. Grande parte das narrativas de Maria Luiza versa sobre o tempo da infância e sobre o período em que permaneceu no convento. Ao mesmo tempo em que lamenta o tipo de vida que teve nessa instituição, nela muito aprendeu e pode utilizar em sua vida como professora e por extensão às famílias dos alunos.

²⁵ RAUPP, Maria Luiza Cyreli. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Torres, 1º de fevereiro de 2011, p. 5.

No inverno frio, aquela escolinha pequeninha, com apenas duas salas, no meio só coberto e aberto dos dois lados. Para ficar mais quentinho, íamos pro lado de fora, onde tinha uma roça de mandioca, que era pátio da escola. Nos sentávamos ali, quando era muito frio. Ficávamos no sol. Eu trabalhava religião, depois pegava outra coisa, como matemática, e pedia para os alunos que pegassem galhinhos daquela mandioca e pauzinhos, eles cortavam os pauzinhos e traziam. Eu dizia, tu vai me trazer três, e marcava no papel, pedia para outro, tu vai me trazer cinco, tu vai me trazer tanto. Eles iam, cortavam os pauzinhos e assim aprendiam a somar.²⁶

A professora Gonçalves, chamada por todos de Dona Gonça, formou-se no Curso Normal, no Colégio Normal em Araranguá (SC) em 1967: “fui para Araranguá no Colégio Normal, onde me formei professora, não fiz faculdade, só fiz vários cursos de aperfeiçoamento. O curso normal, hoje equivale a uma faculdade”.²⁷

Diz ter iniciado sua carreira profissional em 1962, assim como Eny, antes de se formar. Relata que se efetivou por concurso e que trabalhou em várias escolas. Ao longo de dezoito anos, trabalhou com alfabetização. Conta que se efetivou não foi por política e que os políticos “tinham influência era na direção inspeção, essas coisas assim, porque era cargo comissionado. [...] Mas os políticos não iam na escola, os inspetores iam na escola”.²⁸ Conquanto não se recorde muito bem, indica que em 1968 foi para Santa Rosa.

A memória é algo que permanece vivo e, no processo de rememorar, traz à tona imagens do passado que se misturam com o presente. A memória, num mesmo tempo, é habitada por lembranças e esquecimentos.

Enfim, ao passar para o próximo item no qual destaco a relação das professoras para além da sala de aula, vale encerrar com a indicação de Bosi (2009, p. 60), haja vista ter a autora também entrevistado

²⁶ RAUPP, Maria Luiza Cyreli. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Torres, 1º de fevereiro de 2011, p. 4.

²⁷ SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Boba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 1-2.

²⁸ SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Boba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 4.

pessoas idosas. Assim se refere às pessoas idosas por ela entrevistadas:

Elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade.

É possível uma aproximação das memórias de Eny, Maria Luiza e Gonçalves com o excerto acima, no sentido de elas se transportarem aos vários tempos. Tempos esses de lembranças dos tempos de criança, de aluna, de estudos para se tornar e ser professora em escolas catarinenses.

3.2 ALÉM DA SALA DE AULA: IGREJA E COMUNIDADE

Muito embora as professoras apresentem características distintas, há um elemento que chama a atenção e que se reporta a um jeito próprio de ser professora naquele período. As professoras, ao rememorem, sinalizam para a preocupação com a vida dos alunos, com o aprendizado e o futuro das crianças.

O primeiro contato que eu fazia com as crianças logo que eles chegavam era a adaptação com a escola. [...] Quando eles chegavam, ficavam perdidos, era como que se um pintinho se perdesse da galinha. Então eu gostava de fazer isso, porque depois da adaptação na escola, com os professores, os coleguinhas, todo o espaço físico, tudo fica mais fácil. Na escola, na maioria das vezes era tudo diferente de suas casas.²⁹

Gonçalvina esclarece, ainda, que não tinha apoio pedagógico na escola, o que exigia criatividade e muito preparo. Por conta própria, buscava aprimorar seus conhecimentos:

No primeiro ano que comecei a trabalhar, não tinha cartilha, nós mesmos elaboramos as cartilhas, nós com as crianças. Fazíamos de acordo com a formação da família, depois de conhecer um pouquinho dos alunos nós íamos montando a cartilha. Depois de um tempo começou a vir as cartilhas, então, conforme eu gostasse do método, adaptaria. Tinha essa liberdade, podia adaptar.³⁰

Importante destacar que Gonçalvina utiliza “nós” e não “eu”, indicando assim para um trabalho conjunto, de troca entre os colegas professores. Interessante observar, ao mesmo tempo, que havia uma preocupação em montar a cartilha de acordo com a realidade das crianças e de suas famílias.

Entre as memórias do tempo de formação, é possível perceber que essas experiências marcaram suas vidas, tanto de modo positivo, quanto negativo. Tais experiências parecem moldar suas características docentes e contribuem notavelmente na formação de sua trajetória profissional.

²⁹ SANTOS, Gonçalvina Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Boba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 2.

³⁰ SANTOS, Gonçalvina Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 2.

Ainda que nessa trajetória, em meio aos muitos relatos sobre as dificuldades, como, por exemplo, ser designada a mudar de escola contra a própria vontade, as professoras sinalizam para um papel específico da sua missão. Nesse serviço, é possível visualizar o que elas faziam além de dar aula. Dentre outros, suas atividades, além das aulas, estão diretamente relacionadas à própria opção de ser professora. Nessa direção, cito alguns fragmentos de suas narrativas, as quais mostram atividades paralelas à sala de aula, mas que, ao mesmo tempo, eram por elas compreendidas como extensão do trabalho escolar:

Eu tinha um método que era de tratar cada criança da maneira como ela era, respeitando ela e a família. Eu visitava as casas, e quando ia na casa daqueles mais humildes eu falava igual eles. Não falava como uma professora, eu me adaptava a eles. A mesma coisa eu fazia com as crianças, porque muitas vezes, se tratar a criança diferente ela se sente humilhada, então eu tratava todos com a mesma igualdade, ou tratava cada um como ele era [...] Eu sempre procurei fazer as coisas na amizade, porque se tem amizade, não tem dificuldade, fica bem mais fácil de trabalhar. Se a professora gostar da criança, ela percebe outra coisa. A criança é o espelho da casa dela, quando acontece alguma coisa em casa, reflete no comportamento dela na escola. Por que a criança bate na escola? É porque alguém bateu em casa e ela não pôde se vingar, então ela traz para a escola e vai bater no colega pra se vingar.³¹

Esses fragmentos apontam para as percepções da professora, para a sensibilidade necessária no exercício da docência. Observo que as memórias do passado, tal como pontua Bosi (1999, p. 47), ocupam o “espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”. A integração na vida da comunidade aparece frequentemente nas memórias:

³¹ SANTOS, Gonçalvina Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 2 e 3.

Era muito bom em Santa Rosa. Quando eu trabalhei no João dos Santos Areão, nós fazíamos velório, visitávamos pessoas doentes, alimentávamos crianças pobres. Eu levava sempre para as crianças roupas e calçados. Para arrecadar eu ia às fábricas, pedia e levava. Tinha uma família que eu sustentei de alimento e de roupinhas enquanto eles estavam na escola.³²

Não somente a professora Gonçalves revela esse perfil, mas também Maria Luiza, acenando para uma ligação direta entre seu trabalho na escola e na igreja: “Eu trabalhava religião e tudo na escola, eu fazia reunião quase todo domingo com os pais, para poder ensinar a comer”.³³

Obviamente chamo a atenção que temos de compreender esses relatos na perspectiva sinalizada por Ataíde (2006, p. 318), aquela em que o narrador,

ao tempo em que reconstrói uma história pessoal, promove, também, um profundo processo de revisão, reconstrução e ressignificação do passado e do presente, resultando numa narrativa estruturada da própria história do entrevistado, agora apresentada com objetivos públicos.

Maria Luiza tinha uma ativa participação comunitária especialmente aos domingos, se envolvia com a educação religiosa, com a catequese:

³² SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Boba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 3.

³³ RAUPP, Maria Luiza Cyreli. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Torres, 1º de fevereiro de 2011, p. 10. Maria Luiza se refere ao fato de que as famílias tinham muitos tabus alimentares, como por exemplo, não comiam abacate com banana porque, segundo elas, fazia mal. Então ela “ensinou a comer”, ou seja, explicou que não fazia mal, entre outros ensinamentos relativos à correta alimentação.

Eu ia primeiro para a igreja, fazia terço, eles diziam terço, mas não era terço. Eu tinha o missal, em português e latim, então eu pegava e fazia a celebração. O povo nem sabia o que era celebração, eu criei a celebração pra comunidade de Santa Rosa. [...] eu fazendo a celebração, ensinava uma a ler o Evangelho, fazia as pessoas se concentrarem e fazia a comunhão espiritual. Eu estava sempre lutando pela paróquia, gastava do meu próprio dinheiro para ir atrás do bispo.³⁴

Também a professora Eny rememora que “com os professores, os alunos, era muito bom. Dia de vacinação, que era no sábado, o servente fazia um churrasco para nós, ficava o dia inteiro lá, a gente ajudava na vacinação [...] Os pais participavam da escola, iam à reunião”.³⁵

Esses e outros relatos orais corroboram com a indicação de Otto e Kretzer (2009, p. 1), de que no “Brasil, desde o início do processo de institucionalização da educação, a Igreja Católica teve papel de destaque, para não dizer, de monopólio sobre ela. A Igreja Católica passa a influenciar na educação brasileira a partir da chegada dos primeiros jesuítas, em 1549”. Também Fischer (2005, p. 126-127), ao pesquisar sobre professoras gaúchas das décadas de 1950 e 1960, encontra, tanto na documentação escrita quanto nas fontes orais, “casos que dizem respeito às práticas de controle moral” e da “força da Igreja Católica”.

Apesar de não ter localizado nenhuma referência ao termo escola paroquial, há um vasto conjunto de práticas que se aproximam do que eram as escolas paroquiais em décadas anteriores. Ou seja, embora a escola fosse pública, havia práticas tais que as aproximavam daquelas. Otto (2002, p. 72) lembra que, após a proclamação da república, “a Igreja expandiu seus domínios, bem como passou a contar com um grupo de intelectuais cujo principal objetivo era o de defender propostas que garantissem a hegemonia da religião católica e possibilitassem a continuidade de sua intervenção no campo educacional”. A autora ressalta ainda que, em Santa Catarina, houve uma espécie de negociação entre os representantes da igreja católica e os do estado quando da extinção das escolas paroquiais em favor das escolas públicas. Nessa

³⁴ RAUPP, Maria Luiza Cyreli. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Torres, 1º de fevereiro de 2011, p. 13.

³⁵ TEIXEIRA, Eny de Souza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Santa Rosa do Sul, 10 de janeiro de 2011, p. 3.

negociação entre o governador Felipe Schmidt e Dom Joaquim Domingues de Oliveira, “o etos pedagógico no campo religioso desliza para o laico – escolas da rede pública” (OTTO, 2006, p.170).

Juntamente aos valores religiosos estão os valores morais em voga na época, presentes nos relatos das professoras e nas atas das reuniões pedagógicas e relatórios escolares. Vale ressaltar que, na formação de Maria Luiza, uma das professoras entrevistadas, ela teve sua identidade docente constituída igualmente pela experiência como religiosa por um período de seis anos. A trajetória de Maria Luiza se aproxima ao estudo de Rabelo e Ferreira (2010b) que, ao trabalharem com as memórias de uma ex-freira, muito bem apontam como sua identidade professoral se constituiu paralelamente ao ser religiosa. No caso específico por elas estudado, a formação para a vida religiosa e para o magistério se entrecruzam na construção da identidade da professora.

Também Búrigo (2008), ao estudar o Grupo Escolar Professor Padre Schüller em Cocal do Sul (SC), município também situado no Sul de Santa Catarina, fala da influência da religião católica na referida instituição, ainda mais intensa pela presença das professoras integrantes da Congregação das Irmãs de Santa Catarina, as quais iniciaram suas atividades na localidade em 1950. Assim se refere Búrigo (2008, p. 49):

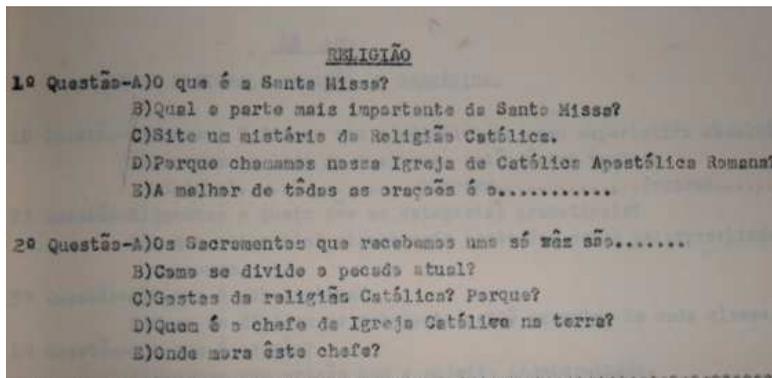
A religião católica sempre foi marcante no Grupo Escolar Professor Padre Schüller, mesmo antes da vinda das Irmãs de Santa Catarina. O povo da cidade era muito católico e, assim, os professores da escola seguiam a religião e ensinavam aos alunos os preceitos do catolicismo. Segundo os moradores antigos, a religiosidade era muito acentuada e a obediência às autoridades religiosas também.

O relatório da então Escola Reunida Professor André Antônio de Souza, do ano de 1959, em especial, apresenta a religião católica como parte integrante do currículo escolar, há ênfase na moral e nos bons costumes. Isso pode ser visto no trecho a seguir:

Na terceira reunião pedagógica [...], falou-se (sic) vários assuntos como: educar com bondade; não gritar; prender a atenção do aluno antes de iniciar qualquer explicação, insistindo-se muito na educação moral, pois é uma das mais importantes, quanto necessárias na época em que vivemos, dizendo-se que um bom católico sem moral é pior que um acatólico com moral. Insistiu-se também na educação social, assim como uma boa pronúncia (RELATÓRIO, 1959, p. 14).

O relatório de 1964 indica que na avaliação havia as seguintes perguntas: “O que é a Igreja Católica? O que é necessário para uma boa confissão?” (RELATÓRIO, 1964, p. 25). No relatório de 1965, nos exames finais constam, dentre outras, perguntas relacionadas ao catolicismo (Figura 10).

Figura 10: Exame Final para o 5º ano (1965).



Fonte: Relatório do Grupo Escolar João dos Santos Areão (1965).

Transcrição do texto da Figura 10:

RELIGIÃO

1º Questão-

O que é a Santa Missa?

Qual a parte mais importante da Santa Missa?

Site (sic) um mistério da Religião Católica.

Por que Chamamos a nossa Igreja de Católica Apostólica Romana?

A melhor de todas as orações é o.....

2º Questão-

Os sacramentos que recebemos uma só vez são.....

Como se divide o pecado atual?

Gostas da religião Católica? Porque?(sic)

Quem é o chefe da Igreja Católica na terra?

Onde mora este chefe?

(Grafia conforme o original)

Figura 11: Capa do Relatório do Grupo Escolar João dos Santos Areão (1965).



Fonte: EEB João dos Santos Areão.

Com base nas indicações desse relatório, dentre outros, pode-se perceber que a EEB João dos Santos Areão guardava vínculos com a igreja católica, vale dizer com uma cultura cristã católica. Com isso, observa-se que, na EEB João dos Santos Areão, a característica é essencialmente ligada à igreja católica.

Tais questões sugerem que, longe de se pensar ter havido um rompimento entre igreja e estado em 1889, ocorreu sim uma aproximação e conciliação entre os próceres religiosos e estatais; pelo menos, é isso que se configurou em Santa Catarina. Os indicativos memorialísticos, assim como as fontes em geral, levam para a direção de que a escola e a igreja eram quase uma coisa só.

Nesse direcionamento, a igreja como um dispositivo contribuiu fortemente nas estratégias disciplinares da EEB João dos Santos Areão, as quais são tratadas no Capítulo 4.

4 AGENTES E DISPOSITIVOS DISCIPLINARES

Os alunos eram bem mais tranquilos, eu falo para os meus netos que, quando chegava uma pessoa na porta, os alunos levantavam sem mandar, a gente mandava eles sentar, eles sentavam. Hoje eu vejo que, quando chega uma pessoa na sala, é aquele barulhão. Na minha época, os alunos não levantavam sem pedir licença, hoje eles levantam a hora que querem. Está tudo muito diferente.³⁶

O excerto acima são fragmentos das memórias da professora Eny. Por meio de suas memórias, Eny não somente viaja ao passado, mas também procura associar e relacionar o passado ao presente. Importa aqui questionar os motivos pelos quais as crianças do passado, em sua opinião, eram “mais educadas” que as crianças do presente. No rastro dessa questão, persegui o que as fontes orais e escritas dizem a respeito das práticas direcionadas a castigos e/ou disciplina na EEB João dos Santos Areão.

Também Rabelo *et al.* (2010a, p. 46), ao trabalharem com fontes orais, dizem que os entrevistados, ao se reportarem aos tempos passados, “lembram o exemplo de comportamento dos alunos, o respeito com que tratavam os professores e o esforço em cumprir com as tarefas diárias. De alguma forma, todos os entrevistados deixaram transparecer essa mudança de comportamento dos alunos ao longo do tempo”.

Certamente havia um conjunto de dispositivos disciplinares que primavam por esse bom comportamento das crianças, conforme rememorado pela entrevistada. Os dispositivos são aqui compreendidos como todos os recursos, os mecanismos utilizados no cotidiano escolar com o objetivo de obter disciplina, bom comportamento. O conjunto das ações disciplinares abrangia a organização do espaço escolar, as avaliações, premiações, entre outros, e, se constituíam como uma rede permanente atuando sobre alunos, professores e diretores.

Para compreender os dispositivos disciplinares utilizados na EEB João dos Santos Areão, um dos caminhos é investir na pesquisa documental e nas memórias. Por meio dessas fontes, captam-se os modos de ação de professores e alunos, capta-se a ação desses sujeitos,

³⁶TEIXEIRA, Eny de Souza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Santa Rosa do Sul, 10 de janeiro de 2011, p. 2.

permeada por relações de poder. Foucault (1990, p. 182) adverte sobre algumas precauções necessárias para identificar o poder:

Em primeiro lugar: não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento.

As fontes orais foram de fundamental importância para tratar sobre tais práticas escolares que remetem a determinado poder, o qual deve ser compreendido na perspectiva de Foucault (1990, p. 183): “o poder deve ser analisado como algo que circula [...] nunca está localizado aqui ou ali [...]. O poder funciona e se exerce em rede”.

Um dos agentes da política educacional catarinense que contribuiu fortemente para a efetivação da disciplina e de uma escola disciplinadora foi o inspetor escolar. Conforme acenei na introdução, nos itens seguintes procuro mostrar um conjunto de práticas que indicam permanências e mudanças em relação aos castigos escolares. Quero dizer que, embora no período do recorte temporal, o castigo escolar fosse proibido por lei, ele continuava vigorando e se mesclava entre o punir e o disciplinar.

Se os professores buscavam imprimir um conjunto de estratégias punitivas e disciplinares, eles, em primeiro lugar, também estavam submetidos a um conjunto de estratégias disciplinares pelo poder estatal – a começar pelo inspetor escolar que aos professores atribuía muitas responsabilidades.

4.1 INSPETORES ESCOLARES

Em meio à documentação da EEB João dos Santos Areão constam, inseridos em relatórios, os Termos de Visita do inspetor ou

inspetora escolar. Constava na legislação da época que as escolas tivessem um Livro de Termos, no qual as autoridades visitantes registrariam as observações, advertências e penalidades, se fosse o caso (DISPOSIÇÕES, 1919, p. 9).

Aos inspetores escolares, a legislação, do mesmo modo, especificava quais seriam suas atribuições:

Art. 7. Os inspetores escolares deverão visitar constantemente as escolas e os estabelecimentos de ensino estadual, particular e municipal de seus districtos, obrigando os respectivos directores ou professores a cumprir os regulamentos e leis em vigor, bem como organizar o movimento escolar dos seus districtos, de accordo com os modelos existentes, e enviar ao Director de Instrucção (DISPOSIÇÕES, 1919, p. 10. Grafia conforme original).

Na EEB João dos Santos Areão, observa-se que essa legislação era posta em prática. O fragmento a seguir é do terceiro Termo de Visita da inspetora escolar, Nair Alves Bratti, ao Grupo Escolar João dos Santos Areão, em 5 de junho de 1965, o qual consta no Relatório de 1965:

Recomendações gerais: o professor é o grande responsável pelo sucesso ou fracasso de sua classe, procure desempenhar a tarefa com critério e boa vontade, faça de sua missão o maior dever. Nossas crianças não podem sofrer as conseqüências de um mau professor. É uma responsabilidade o papel do substituto, muitas vezes sem prática e instrução, a este a melhor orientação por parte do Sr. Diretor (TERCEIRO TERMO, 1965).

Essa recomendação remete aos professores a responsabilidade como formadores de bons cidadãos, característica desse período. A exigência também era baseada no bom exemplo que professores deveriam dar, nas relações amistosas entre eles. A inspetora escolar, relativamente ao corpo docente, também registrou: “Poderia ser melhor a harmonia entre direção e ex-diretores e corpo docente do

Educandário” (RELATÓRIO, 1965). O Quadro 2 apresenta o número de visitas dos inspetores escolares à escola.

Quadro 2: Reuniões pedagógicas e visitas do inspetor escolar (1958-1969).

	1958	1959	1964	1965	1966	1968	1969
Reuniões pedagógicas	09	10	09	08	09	07	07
Visitas Inspector Escolar	-	02	06	04	09	-	07

Fonte: Elaborado por Raquel Farias de Borba com base nos Relatórios dos respectivos anos indicados. (-) Dados não encontrados

Em 1959, o inspetor Otávio Munir Bacha registrou o objetivo da sua visita, conforme se pode observar na Figura 12.

Figura 12: Visita do Inspetor escolar (1959).

O objetivo principal de minha visita foi orientar a Sra. Encarregada da Direção, verificar o número de classes, sua distribuição; escrituras, material didático, caixa escolar, etc. A Sra. prof. R.E.P. padrão 12, Maria Luiza Cyrelí, respondendo pela direção, poderá muito conseguir nestas E.E.R.B., desde que, junto à sua boa vontade e espírito de dedicação, consiga com as demais professoras o fiel cumprimento de seus deveres e obrigações. Deste termo solicito 2 cópias.

Obs.: Estas escolas serão orientadas pelo Decreto 3735

Santa Rosa, em 24-3-59
Otávio Munir Bacha
Inspetor Escolar

Fonte: Relatório das Escolas Reunidas Professor André Antônio de Souza (1959)

Transcrição do texto da Figura 12:

O objetivo principal de minha visita foi orientar a Sra. Encarregada da Direção, verificar o número de classes, sua distribuição; escrituras, material didático, caixa escolar, etc. A Sra. Prof. R.E.P. padrão 12, Maria Luiza Cyrelí, respondendo pela direção, poderá muito conseguir nestas E.E.R.B., desde que, junto à sua boa

vontade e espírito de dedicação, consiga com as demais professoras o fiel cumprimento de seus deveres e obrigações. Deste termo solicito 2 cópias.

Obs: Estas Escolas serão orientadas pelo Decreto 3735.

Santa Rosa, em 24-3-59

Otávio Munir Bacha

Inspetor Escolar

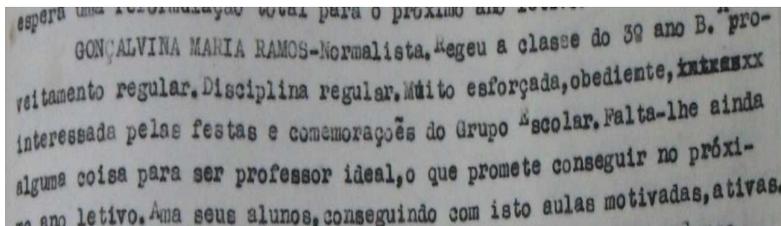
Figura 13: Inspetor Escolar Otávio Munir Bacha.



Fonte: Arquivo Escola de Educação Básica João dos Santos Areão.

Nos relatórios, verifica-se que a disciplina e o bom comportamento estavam constantemente na pauta das reuniões pedagógicas. Sobre a professora Gonçalves, a inspetora escolar fez algumas observações, conforme se pode ver na Figura 14.

Figura 14: Trecho da visita da inspetora escolar Nair Alves Bratti (1965).



Fonte: Relatório do Grupo Escolar João dos Santos Areão, 1965, p. 43.

Transcrição do texto da Figura 14:

GONÇALVINA MARIA RAMOS – Normalista. Regeu a classe do 3º ano B. Aproveitamento regular. Disciplina regular. Muito esforçada, obediente, interessada pelas festas e comemorações do Grupo Escolar. Falta-lhe ainda alguma coisa para ser professor ideal, o que promete conseguir no próximo ano letivo. Ama seus alunos, conseguindo com isto aulas motivadas, ativas.

No Termo de Visita de 1964, aparecem recomendações referentes à leitura do Programa Anual de Ensino, tido como referência indispensável.

Constatou-se que há professores que desconhecem ou pelo menos não estudam o programa de ensino, decreto nº 3.732, ministrando irregularmente certas matérias, sendo que teriam melhor rendimento no trabalho se observassem todas as sugestões e indicações; Todas as aulas devem ser dadas de modo atraente, bem preparadas e planejadas, que pela ativez do professor desperte o interesse da criança. Nas aulas de leitura, linguagem oral e linguagem escrita o aluno deverá ser orientado no sentido de poder exprimir seu pensamento e no sentido de aprimorar sua linguagem [...] Aulas de caligrafia, para o mestre esforçado, não são aulas de descanso, pelo contrário, são muito trabalhosas, pois não podem perder de vista a posição do aluno, a maneira de pegar a caneta, o professor percorrerá todas as careiras (sic) para verificar se estão seguindo as explicações dadas (SEGUNDO TERMO, 1964, p. 7).

A presença do inspetor escolar representa uma forma de controle com vistas a disciplinar o corpo docente e discente, conforme o seguinte registro:

O aproveitamento dos alunos de modo geral não satisfaz. A Sra. Professora deverá preparar melhor suas lições, dando aulas mais ativas e interessantes, desenvolvendo vocabulário com sinônimos. Os exercícios devem ser intensificados, fazendo dois exercícios semanais de cada disciplina, com boa ordem e limpeza. Estudar o programa de ensino, (decreto 3732) e aplicar suas indicações e sugestões. A impressão foi sofrível (RELATÓRIO, 1964, p. 10).

Por esses registros, pode-se constatar que ao professor eram atribuídas responsabilidades várias para o bom andamento das atividades escolares. Uma das maneiras de se obter disciplina nesse modelo de escola era por meio de aulas atraentes, de aulas que despertassem o interesse da criança. Há a indicação de que os alunos sentavam em fileiras e neste cenário ordenado era preciso estar atento a tudo, desde o jeito de o aluno pegar a caneta e sentar. O professor com olhar e atitude ativa conseguiria melhor rendimento no desempenho dos alunos.

As professoras entrevistadas se remetem ao inspetor escolar, cada uma com um acento específico. Enquanto uma lembra mais intensamente a temerosa figura, outra, tal como a professora Eny, parece não rememorar de modo a ter sido uma figura por ela temida: “o inspetor escolar a gente só via quando ia às reuniões em Sombrio. Eu não lembro bem, mas eles não exigiam tanto, não. A diretora fazia reunião”.³⁷

Essa indicação da professora Eny também se aproxima da análise feita por Silva e Schueroff (2010, p. 19), sobre o conjunto de entrevistas por elas analisado.

³⁷ TEIXEIRA, Eny de Souza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Santa Rosa do Sul, 10 de janeiro de 2011, p. 7.

Os relatos apresentam, repetidas vezes, a figura do Inspetor Escolar, ora como um colaborador bem-vindo que muito auxilia no campo da qualidade do ensino, ora revelando-se como um fiscal distante e rigoroso [...] Essas informações podem ser relacionadas aos paradigmas teóricos introduzidos pela Escola Nova que agasalhava a contribuição da psicologia na forma de propor as relações entre professores e alunos.

Nessa direção das autoras, pode-se observar a fala da professora Gonçalves:

Lembro bem do Inspetor Escolar, nem faz tanto tempo assim, me dava muito bem, porque a gente morava bem próximo deles. Muitos paravam conosco, porque nós tínhamos hotel, lembro do Seu Alberto, que era Inspetor Escolar de Criciúma, a Dona Nair Alves Bratti, já falecida, a mãe da Rosa do Wilian, a Dona Edy Maciel da Cunha. A Dona Edy foi minha diretora, minha professora e depois também Inspetora Escolar. A função deles era inspecionar o nosso trabalho, porque a gente tinha que ter o nosso caderninho de tarefas, diária, todos os dias a gente fazia o que daria. Aqueles caderninhos eram sagrados! Tinha o plano de aula e do plano nós fazíamos o planinho diário. Tinha o plano anual e o diário. Então, os inspetores vinham passar vistoria. Se achassem que tinha alguma coisa ali que não estava certa, eles falavam, mas com o maior respeito com o professor.³⁸

Como selecionei e indiquei até aqui, pelos registros feitos pelos inspetores escolares é possível ter uma visão dos vários assuntos aos quais era dada atenção. Esses tratavam sobre a necessária harmonia no estabelecimento escolar, isto é, do necessário bom relacionamento entre o corpo docente, do programa escolar, da metodologia de ensino utilizada pelo professor, das condições físicas da escola, da legislação de

³⁸ SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 1.

ensino, entre outros. A Figura 15 apresenta mais um fragmento do parecer de uma visita em 1965.

Figura 15: Parecer do Inspetor Escolar (1965).

Ensino: De maneira geral o ensino não é bom, face a não conhecimento da metodologia de alguma disciplina. Existe no Estabelecimento somente uma professora Normalista e três Regentes de Ensino, sendo que duas estão licenciadas. A maioria do corpo docente é formado de professor substituto se prática, com exceção da professora Edite Pereira, que já foi professora, possuindo alguma prática.

O programa de ensino é totalmente desconhecido. As sugestões e orientações do Decreto 3.735 deve ser estudado e seguido pelo Professor.

Nota-se a ausência de material didático. Não há centros de interesses, somente duas salas apresentam-se com cartazes ilustrados. Nas aulas de qualquer disciplina a criança deve ser orientada, conduzindo-as no sentido de aprimorar seus conhecimentos. Qualquer lição nova a ser ensinada deve ser dada em três fases, somente depois de bem assinalada poderá ser passada a frente.

O mestre deve controlar, dirigir e corrigir e aluno é nas 1ªs Sérias, sendo que nas classes mais adiantadas poderão somente aperfeiçoá-las.

A aula de caligrafia não é para descanso do professor, mais sim aulas que o mestre andarê entre as carteiras verificando as falhas, posições de letras etc.

No ensino de Estudos sociais, deve ser ensinada de que dia respeito a região em que vive. Pouca adianta um aluno decorar partes da América, se não sabe localizar sua cidade no mapa. Nas aulas de geografia e história podemos usar mapas e é grande sua utilidade.

Fonte: Relatório do Grupo Escolar João dos Santos Areão (1965)

Transcrição do texto da Figura 15:

Ensino: De maneira geral o ensino não é bom, face a não conhecimento da metodologia de alguma disciplina. Existe no estabelecimento somente uma professora Normalista e três Regentes de Ensino, sendo que duas estão licenciadas. A maioria do corpo docente é formado de professor substituto se (sic) prática, com exceção da professora Edite Pereira, que já foi professora, possuindo alguma prática.

O programa de ensino é totalmente desconhecido. As sugestões e orientações do Decreto 3.735 deve ser estudado e seguido pelo Professor. Nota-se a ausência de material didático. Não há centros de interesse, somente duas salas apresentam-se com cartazes ilustrados. Nas aulas de qualquer disciplina a criança deve ser orientada, conduzindo-as no sentido de aprimorar seus conhecimentos. Qualquer lição nova a ser ensinada deve ser dada em três fases, somente depois de bem assinalada poderá ser passada a frente.

O mestre deve controlar, dirigir e corrigir o aluno é nas 1ª Séries, sendo que nas classes mais adiantadas poderão somente aperfeiçoá-las.

A aula de caligrafia não é para descanso do professor, mais(sic) sim aulas que o mestre andaré entre as carteiras verificando as falhas, posições de letras etc.

No ensino de Estudos Sociais, deve ser ensinado do que diz respeito a (sic) região em que vive. Pouco adianta um aluno decorar partes da América, se não sabe localizar sua cidade no mapa. Nas aulas de geografia e história podemos usar mapas e é grande sua utilidade. (Grafia conforme consta no original).

Muitas são as questões que se podem depreender desse registro de 1965. É uma fonte produzida com base na prática, na ação do inspetor escolar e indica que havia regras estabelecidas e a serem seguidas. Analisar esses registros implica uma interpretação e, ao mesmo tempo, uma reconstrução dos discursos e das práticas norteadoras do período.

Pelos Termos de Visitas dos inspetores, é possível identificar elementos básicos e imprimidores de regras que formavam a cultura escolar. Por exemplo, pode-se pensar que um elemento presente no currículo da EEB João dos Santos Areão era o caderno de caligrafia e que o seu exercício seria uma atividade do cotidiano da sala de aula.

Vidal e Gvirtz (1998, p. 19) falam da importância da caligrafia no sentido de “desenvolver a ‘boa escrita’” e que ela “era realçada pelo imperativo de formar o senso estético da criança, precioso à sua educação sentimental. O ensino da técnica, ainda, deveria proporcionar ao aluno hábitos de ordem, asseio e disciplina mental”.

Dentre as atividades escolares, a caligrafia exigia paciência e atenção do professor, pois é trabalho do professor estar numa atitude ativa e não passiva ao longo dessa atividade. O cuidado com a caligrafia fazia parte do processo civilizatório, de controle do corpo, da mão, dos movimentos.

Sobre essa característica da Escola Nova no Brasil, Di Giorgi (1986, p. 16), numa leitura crítica dela, diz que os seus ideólogos apresentam a escola tradicional como

uma espécie de resíduo medieval, educação adaptada a uma sociedade estática [...] indivíduos sem iniciativa própria, indivíduos todos iguais. Como tal, os seus métodos consistiram sobretudo na decoração e memorização, na repetição. O seu objetivo seria apenas a *padronização* (Grifo do autor)”.

Nessa crítica do autor, a caligrafia consistia numa repetição dos contornos, dos desenhos das formas escritas, impedindo, dessa maneira, a liberdade da criatividade, tida como característica de uma escola renovada.

Se tomarmos ainda outro fragmento do texto da Figura 14, dentre outros já indicados no Capítulo 2, podem ser observados outros aspectos do período. Os registros do inspetor levam a imaginar atividades nos cadernos dos alunos, com os quais não trabalhei, mas que certamente se aproximariam da sinalização de Cunha (2007, p. 93), ao tratar sobre cadernos escolares da segunda metade do século XX:

Tais leituras veiculam discursos sobre patriotismo, catolicismo, regionalismo e incentivam o amor a pátria e a Deus, o respeito à família, os valores morais [...] que estruturavam cada palavra, cada exercício, cada letra e cada idéia que, ingenuamente, as crianças copiavam e que constituíam os pilares da Escola de então.

Na seção a seguir, elenco ainda mais informações acerca dos castigos escolares e da disciplina. Podem-se identificar vestígios de uma época em que se entremeavam práticas de uma escola punitiva e disciplinadora. A transição entre uma modalidade e outra não se deu conforme apregoavam os pensadores escolanovistas. Para a aquisição da disciplina, era posto em ação um conjunto de estratégias com vistas a formar um cidadão bem educado. Manter a criança o tempo todo ocupada concretizaria tal intento.

4.2 “CRIANÇA OCUPADA É CRIANÇA DISCIPLINADA”³⁹

Foi falado a respeito da prevenção das reuniões que há durante o próximo mês e dar bastante serviço para a criança, bastante aulas orais, chamá-la constantemente ao quadro e no mapa, dar ling. escrita, após aulas orais de forma que a criança estando ocupada com o serviço não encontrará tempo para estar conversando e pedindo saída. Também foi chamada atenção sobre uniforme dos professores e alunos (ATA, 1958).

O excerto acima foi assunto tratado na reunião pedagógica em 1958. É interessante observar que, depois de uma década, o tema continua sendo debatido em reuniões, conforme indicam os fragmentos a seguir. O primeiro deles é da reunião de 1968 e o segundo de três reuniões pedagógicas entre março e abril de 1969:

A disciplina de um modo geral foi muito boa, porém como sabemos ainda deixa algo a desejar, no entanto, estamos procurando com novos princípios, alcançarmos melhor disciplina por parte dos alunos o que estamos vendo resultado satisfatório no método de conservar a criança sempre ocupada (RELATÓRIO, 1968).

Já na primeira reunião, falou-se sobre a disciplina, recomendou-se, aos mestres, o aproveitamento de seus trabalhos e a constante conservação dos alunos em atividades, pois a criança ocupada é criança disciplinada. [...] Ficou determinado o uso obrigatório do uniforme para os alunos [...] Quanto ao fator disciplina, frisou-se que aluno ocupado é aluno quieto (RELATÓRIO, 1969, p. 8-9).⁴⁰

³⁹ Trecho da ata da primeira reunião pedagógica. Santa Rosa, 3 de março de 1969.

⁴⁰ As reuniões pedagógicas nas quais se tratou sobre os itens do fragmento transcrito ocorreram nos dias 3 e 22 de março (primeira e segunda reunião), e no dia 19 de abril (terceira reunião) de 1969.

As professoras entrevistadas e as fontes utilizadas nesta pesquisa sinalizam para uma unanimidade em relação ao tipo de família da época no que concerne ao fator disciplina escolar. Isso denota que nas famílias também havia rigidez, respeito, educação moral, corroborando com as estratégias utilizadas no espaço escolar. As professoras Gonçalves e Eny, quando indagadas sobre a existência de punições, aos alunos, nos tempos de docência respondem:

Na minha época, na época em que eu trabalhei, podia ter castigo, sabe, uma reguadinha a mais não fazia mal. Só que eu nunca dei, porque trabalhava com os pequeninhos, não ia dar (reguada), mas podia. Os pais não eram contra, os pais mandavam. Uma coisa que às vezes a gente fazia era deixar fazendo uma tarefinha na hora do lanche, não deixava sem alimento, vai se alimentar e depois volta para a sala fazer uma tarefinha. Não chegava ser castigo, mas ficava dentro da sala de aula. Às vezes dava um trechinho do livro pra ficar lendo, pra ver e pensar numa coisa que fazia errado. Esse tipo de castiguinho já era na terceira série, porque muitos brincavam, não brigavam, porque graças a Deus, eles nunca brigavam. O problema era que brincavam na aula, aí distraíam os outros. Então aqueles períodos que eles brincavam na aula, ficavam lendo na hora de brincar.⁴¹

Naquele tempo tinha disciplina, era deixado sem recreio. Eu nunca puxei a orelha de aluno, mas tinha. Era uma varinha, nunca me esqueço de um aluno que uma vez trouxe uma varinha, bem fininha, para mim. Mas eu nunca usei, a gente não ia bater! Também não precisava. Mas era normal, tinha professor que fazia. Naquele tempo, podia puxar a orelha, podia bater, os pais mandavam bater.⁴²

⁴¹ SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 3.

⁴² TEIXEIRA, Eny de Souza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Santa Rosa do Sul, 1º de fevereiro de 2011, p. 3.

Essas falas dão indícios de que os castigos ainda existiam na escola, pois podia dar uma “reguadinha, puxar a orelha, podia bater”. Ao mesmo tempo, no processo de rememoração, também há indícios de sua proibição ou, pelo menos de seu abrandamento: dava-se um “castiguinho”, como o de ficar fazendo a tarefa na hora do lanche. Ou, ainda, indica um processo de transição: não se dava castigo corporal (reguada), mas se disciplinava, colocava-se o aluno a refletir sobre o que tinha feito de errado ao longo da aula, privando-o da hora do recreio.

Essas questões também são tratadas por Souza (2008, p. 142), e a autora indica que essas características remetem à “transição de uma escola que pune para uma que disciplina, ainda que a existência de uma não signifique a extinção da outra”.

É possível que, no processo de lembrar, um dos quadros que vem à lembrança das professoras sejam os assuntos tratados nas reuniões pedagógicas:

Foi falado a respeito dos castigos, que os professores não devem castigar seus alunos, principalmente castigos físicos, explicando os prejuízos que podem causar. O professor deve fazer a criança sentir que a sala de aula seja o lugar mais feliz e agradável (RELATÓRIO, 1959, p. 12).

Esse registro de 1959 é indicativo da ainda permanência de castigos físicos no espaço escolar e, ao mesmo tempo, aponta para uma transição, a de não ser mais possível admitir castigos, “principalmente castigos físicos”. É possível verificar, da mesma forma, que havia a ideia de se cumprir a lei que proibia seu uso. Nesse aspecto, essas indicações podem ser acrescidas à investigação de Schüeroff (2006) no sentido de se pensar que os castigos físicos existiram para além dos anos de 1940. Além disso, sugerem também que a transição de uma escola que punia fisicamente para uma escola na qual imperasse a disciplina não se deu de forma mágica. Ou seja, ambos os modelos existiram concomitantemente, pelo menos por certo tempo.

Partindo das entrevistas e de seu cruzamento com as informações retiradas dos documentos encontrados na escola, é possível perceber que, nas práticas docentes dos diferentes períodos registrados, há indícios de um lugar de formação padronizada, cujo objetivo principal era formação de sujeitos obedientes. Um acento na formação religiosa de cunho moral contribuía para esse objetivo. Noto que as famílias

corroboravam e contribuíam com esse trabalho pedagógico. O tema da disciplina era constantemente tratado nas reuniões pedagógicas. Além disso, no fragmento a seguir, ainda se encontram características em torno da ideia do magistério como vocação, como missão.

O fator disciplina, como de costume, também foi abordado nesta reunião, sendo frisado que os alunos mais rebeldes são os que mais devem nos preocupar, pois é justamente para eles que devemos voltar nossa atenção, tratando-os como se fossem nossos filhos, procurando sempre descobrir a causa da revolta. Deve o professor estar ciente de que tem grande influência no futuro da criança, podendo ser a única causa de sucesso ou do fracasso de um determinado indivíduo. Que o professor mais tarde, quando se deparar numa rua diante de um fracassado marginal, não sinta o dissabor da acusação de sua consciência que lhe aponta como culpado da situação deste indivíduo (ATA, 1959).

Segundo Souza (2001, p. 40), ao estudar as reformas educacionais mineiras, “castigar as crianças seja como forma de mudar seu comportamento, corrigir hábitos considerados inadequados ou, ainda, de punir pela não aprendizagem, eram práticas comuns realizadas pela escola”. Mesmo a legislação da época não permitindo mais os castigos físicos, os relatos das professoras confirmam que eles continuavam a ser praticado nas escolas. Reportando-se ao estado mineiro, a autora diz que

na década de vinte, a Reforma do Ensino de 1925 proibia os professores de castigarem fisicamente os alunos e estabelecia as seguintes penas disciplinares: admoestação; repreensão; privação de no máximo 15 minutos do recreio; reclusão na escola por meia hora, no máximo; suspensão da frequência de até três dias com a comunicação aos pais ou responsáveis; cancelamento da matrícula e suspensão de até três meses (SOUZA, 2001, p. 43).

A fala da professora entrevistada possibilita indicar que na realidade da EEB João dos Santos Areão, em Santa Catarina, entre as

décadas de 1940 e 1970, mesclavam-se práticas punitivas e disciplinares, tal como indicadas por Souza (2001).

No relato a seguir, a professora Maria Luiza dá um indicativo de uma não convergência relativa ao entendimento das famílias em relação às punições escolares dos filhos. Se a professora Gonçalves relata que os pais aprovavam os castigos, Maria Luiza dá outra indicação:

Eu fui para a escola com a vara. Eu não me lembro bem o que eles tinham feito, eles faziam muita coisa. [...] eram uns moços e na segunda série. [...] eu dei umas varadinhas, mas não deu para dar muito porque quebravam, as varas eram uns brotos. Eles (os alunos) pulavam janela.⁴³

Convém lembrar que no ano de 1959, quando Maria Luiza iniciou seu trabalho na então Escola Reunida Professor André Antônio de Souza, os castigos físicos já haviam sido proibidos por lei, em nível nacional, desde 1854. Também em 1911, no primeiro regulamento dos grupos escolares em Santa Catarina, consta que a aplicação de castigos físicos aos alunos era terminantemente proibidos tanto aos diretores quanto aos professores (SANTA CATARINA, 1911, p. 12-13).

As punições que, segundo Souza (2001, p. 43-44), é o “uso de castigos físicos ou morais, como a utilização de meios humilhantes [...] têm como característica a sua aplicação depois de cometida a falta. Embora seja utilizada também como exemplo para outros que poderiam incorrer no mesmo erro”.

Nas reuniões pedagógicas eram tratadas questões sobre como proceder com os alunos, diante do erro praticado por eles:

⁴³ RAUPP, Maria Luiza Cyreli. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Torres, 1º de fevereiro de 2011, p. 15. Em outro trecho da entrevista, refere-se que eram varas de pé de café, que teria cortado três delas e ido para a escola porque os alunos “pintavam e bordavam”, numa alusão à grande indisciplina.

Tratou-se de assuntos educacionais, tendo como tema principal: ‘o amor do professor para com seus alunos’. Que o mestre, após uma correção enérgica, deverá, calmo, chamar o aluno a sós e mostrar-lhe a fealdade do ato praticado e a beleza da virtude contrária, animando-o a corrigir-se futuramente. O tema foi esclarecido por exemplos colhidos no próprio estabelecimento e também fora dele (ATA, 1959).

Ainda no relatório do ano 1968 também apareceram, com frequência, trechos que tratam de situações que levam a pensar que o castigo físico ainda era praticado, porém com algumas ressalvas e cuidados. A direção e os pais entravam na discussão mais diretamente no sentido de estudar caso a caso.

Para facilitar e estimular a união entre o lar e a escola, foi alertado aos professores no sentido da atribuição de penalidade aos alunos por falta ou desordem, ou seja, deve o professor, sempre que tiver que castigar uma criança, comunicar à Direção, que entrará imediatamente em contato com o pai do aluno, estudando em conjunto o motivo e a gravidade da desordem da criança (RELATÓRIO, 1968, p. 2).

Percebe-se que, tanto nas memórias das professoras, quanto nas atas e relatórios, fazia parte da rotina escolar o investimento de estratégias em prol da disciplina. Fiori (2010, p. 21-22) alerta que “os depoimentos de vida docente [...] devem ser percebidos vendo-se em cada um deles, de um lado, a singularidade; de outro lado, a harmonia ou contraposição com outros depoimentos”.

Conforme já sinalizei, todo o corpo de agentes envolvidos no processo escolar tinha tarefas e regras a cumprir a fim de manter o bom andamento da vida disciplinar da escola.

O professor, nem alunos afastar-se-ão (sic) do pátio escolar durante o recreio; o professor deverá, bem como os alunos, falar e escrever o português claro e certo; o educador deverá ter mais autoridade e bondade; explicar e insistir sobre a disciplina e a liberdade escolar; dar início a aula somente após conseguir completo silêncio na sala; chegada do professor quinze minutos antes da entrada das aulas. Pedido de licença só apresentando atestado médico; a servente não deverá agir como educadora, a educação fica a cargo das professoras (ATA, 1959).

As regras eram rígidas não somente para os alunos. Os professores igualmente eram cobrados para serem disciplinados, constituindo-se, dessa forma, uma cadeia de estratégias disciplinares no espaço da EEB João dos Santos Areão. A avaliação era um recurso que também contribuía para o cumprimento desses objetivos, conforme abordo na seção a seguir.

4.3 “ENTROU NO PORTÃO DA ESCOLA, EU JÁ ESTAVA AVALIANDO”⁴⁴

Em diferentes tempos da história da educação, a avaliação é tida como um desafio e considerada de grande relevância nas práticas educacionais. Da EEB João dos Santos Areão há vestígios, tanto em documentos escritos quanto nos relatos orais, dos diferentes métodos de avaliação aplicados ao longo de sua trajetória: “Tinha provas escritas, me lembro que, no fim do ano, a gente era destacada para avaliar os exames em outras escolas. A última escola que eu fui examinar era uma turma bem atrasada, falavam bem errado”.⁴⁵

A professora Eny diz: “Tinha prova escrita, era nota, depois veio um ano que era conceito assim, a gente tinha que escrever por aluno. Os

⁴⁴ SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 3.

⁴⁵ RAUPP, Maria Luiza Cyreli. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Torres, 1º de fevereiro de 2011, p. 14. Na entrevista, Maria Luiza ainda se lembra de algumas palavras faladas incorretamente pelos alunos: dadonde, caminhano, bassora.

alunos reprovavam, não tinha esse negócio de recuperação, ou aprovava ou reprovava”.⁴⁶ Souza (2008, p. 131), se refere às avaliações e premiações como “dispositivos disciplinares de seleção e de exclusão”. De acordo com Teive e Dallabrida (2011, p. 27), “a avaliação do comportamento e da aplicação discente era regular ao longo da semana, do mês, do trimestre e do ano letivo, de forma a colocar o aluno em constante estado de superação para alcançar a melhor classificação e premiação.

Contudo, as formas de avaliação descritas pelas professoras são variadas, o que denota a subjetividade de cada professora, na maneira como compreendia o processo escolar e avaliativo. Isso aparece na fala da professora Gonçalves:

Eu fazia avaliação de modo que sempre estava avaliando. O aluno entrou no portão da escola, eu já estava avaliando. Não deixava para avaliar somente em uma prova ou em um trabalho. Porque muitas vezes, na hora da prova fica nervoso e não consegue fazer. Então, o professor sabe que aquele aluno era bom, por que então vai dar nota só pela prova, se ele foi bom o mês todo. Eu tive sala com 38 alunos e sempre deu certo.⁴⁷

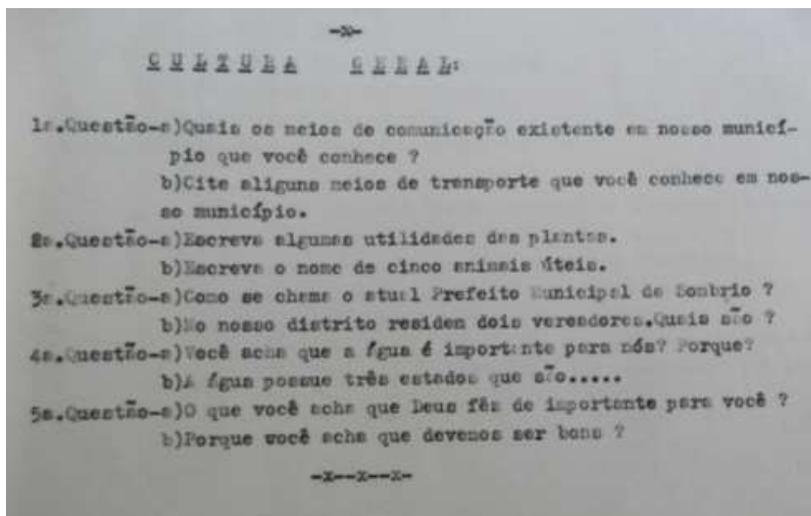
Embora nas lembranças de Gonçalves haja o repensar de métodos próprios de avaliação, o fato é que os alunos eram submetidos a provas e a exames finais. As avaliações finais pretendiam identificar o que os alunos tinham aprendido no decorrer do ano letivo. Numa das provas finais de 1959, tem-se um indicativo dos temas abordados, dentre eles os que indicam para questões já tratadas neste trabalho, conforme consta na Figura 10, do Capítulo 3.

A Figura 16 fornece mais informações sobre os conteúdos das provas finais.

⁴⁶ TEIXEIRA, Eny de Souza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Santa Rosa do Sul, 10 de janeiro de 2011, p. 3.

⁴⁷ SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011, p. 3.

Figura 16: Prova final para o segundo ano (1959).



Fonte: Relatório da Escola Reunida André Antônio de Souza, 1959

Transcrição do texto da Figura 16:

CULTURA GERAL

1ª Questão -

Quais os meios de comunicação existentes em nosso município que você conhece?

Cite alguns (sic) meios de transporte que você conhece em nosso município.

2ª Questão -

Escreva algumas utilidades das plantas.

Escreva o nome de cinco animais úteis.

3ª Questão -

Como se chama o atual Prefeito Municipal de Sombrio?

No nosso distrito residem dois vereadores. Quais são?

4ª Questão -

Você acha que a água é importante para nós? Porque(sic)?

A água possui três estados que são

5ª Questão -

O que você acha que Deus fez de importante para você?

Porque (sic) você acha que devemos ser bons?(Grafia conforme o original).

Nessa direção, as avaliações também podem ser arroladas ao conjunto de estratégias disciplinares que funcionavam como poderes e penalidades em nível micro: professor altivo e firme, avaliações constantes e exames finais, aprovação ou reprovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando me propus a aprofundar estudos acerca das professoras primárias, parti do pressuposto de que elas, num passado recente, teriam experimentado o sentimento de viver tempos mais felizes do que os atuais. Essa era a história que me havia sido contada. Essa é também a imagem que me vem à memória ao recordar meus anos de infância: moças elegantes, sorriso nos lábios, caminhar altivo, levando nos braços cadernos e livros: *lá vai a professora!* Ao enveredar pelos caminhos investigados, porém, penetrando nos documentos ou ouvindo as próprias entrevistadas, essa imagem vai assumindo contornos diferentes daqueles anteriormente imaginados (FISCHER, 2005, p. 18).

O estudo de Fischer (2005) reporta-se aos anos de 1950 e 1970 e utiliza, entre outros documentos, fontes orais em entrevistas com professoras primárias no Estado gaúcho. Esse trecho da autora, embora de modo diverso, expressa, em parte, meu sentimento, ao concluir este trabalho.

Percebo o quanto aprendi, principalmente, em relação ao conjunto de imagens, de ideias em torno de quem eram as professoras do passado, de como era a escola em que estudei, das lembranças que ainda guardo da professoras Gonçalves, a Dona Gonçalves – como carinhosamente lembro que a chamavam. Pude entender que muitas ideias que tinha a respeito “não passam de verdades que se foram instituindo ao longo dos anos, a partir de complexas redes discursivas” (FISCHER, 2005, p. 18).

Nesse direcionamento, também procurei não perder de vista que as memórias das professoras entrevistadas congregam um conjunto de ideias que foram se solidificando ao longo dos anos e que se relacionam aos seus grupos de convívio, à memória coletiva, às suas vivências tanto anteriores quanto posteriores ao período por elas lembrado.

Uma dessas ideias/memórias, que chamou minha atenção, reporta-se a tempos difíceis, em vez de tão somente uma romântica e saudosista nostalgia. As professoras, ao rememorem seus tempos de professora na EEB João dos Santos Areão, fornecem importantes pistas

também acerca da situação de outras escolas catarinenses no referido recorte temporal.

Dentre os propósitos desta pesquisa, retomo alguns na tentativa de síntese e que considero contemplados, mesmo que de forma parcial, haja vista que a história, como um “fazer” está constantemente sendo reescrita. Com a história da trajetória da EEB João dos Santos Areão não será diferente. Ainda permanecem muitas lacunas, os diversos períodos de sua existência precisam ser ainda melhor estudados, quais sejam: Escola Isolada Morro das Mortes (1940-1953); Escola Reunida André Antônio de Souza (1953-1964); Grupo Escolar João dos Santos Areão (1964-1971); Escola Básica João dos Santos Areão (1971-1989); Colégio Estadual João dos Santos Areão (1989-1999) e Escola de Educação Básica João dos Santos Areão (2000 até a atualidade).

Rememorando o percurso da investigação, iniciei pela localização e coleta de informações contidas em documentos antigos, encontrados na escola: relatórios, livros ponto, livros ata e iconografia. Além disso, quero dar um destaque especial e central ao uso de fontes orais, ao trabalho de rememoração das três professoras que atuaram na escola no período pesquisado (1940-1970).

Com suas experiências de formação e atuação docente, ressaltam questões que nos instigam a buscar compreensão das vivências, conforme por elas concebidas, na interrelação com acontecimentos do referido contexto e da memória coletiva. Para compreender a importância das memórias coletivas, a referência central foi Halbwachs (2006), que enfatiza a interferência do grupo social nas memórias individuais.

Na trajetória da EEB João dos Santos Areão, no período estudado, aparecem com frequência, tanto nos documentos escritos quanto nas fontes orais, a influência da religião católica, as punições, a disciplina e o bom comportamento, a avaliação, o trabalho de inspeção escolar, isto é, as constantes visitas do inspetor ou inspetora na escola. Aliás, a existência de inspetora escolar, do sexo feminino, igualmente se constituiu, para mim, em uma novidade, pois pensava que só havia existido inspetores do sexo masculino. Aqui há claramente um ponto de partida para estudos futuros na perspectiva do gênero. Da mesma forma, constitui-se em importante objeto de estudos futuros o fato de na década de 1950, o cargo de inspetor escolar ser ocupado por um negro, Otávio Munir Bacha.

Compreendi, não obstante parecendo um tanto deslocado, a importância de no Capítulo 1 ter lançado um breve olhar sobre a história que deu nome ao município, haja vista que sua primeira denominação

deu nome à primeira escola e pelo fato de haver uma imbricação entre delimitação temporal e espacial. Assim como o município recebeu influência de um representante da igreja até na escolha do nome que recebeu, a escola também por esta foi influenciada, principalmente no tocante aos aspectos da moral, do controle, do bom comportamento. Isso também decorre do fato de as professoras fazerem da escola uma extensão de trabalhos realizados na igreja, na comunidade e vice-versa.

As punições em forma de castigos corporais, mesmo estando proibidas legalmente, do mesmo modo aparecem nas falas das professoras como ações comuns, como naturais. Entretanto, as fontes também evidenciam para uma transição no que tange ao uso de castigos corporais ou pelo menos para o seu abrandamento.

Nesse aspecto, observa-se que, da punição, as práticas pedagógicas passaram para a disciplina. Estavam assim sendo postos em ação, na EEB João dos Santos Areão, procedimentos atribuídos ao pensamento que se adequava a uma escola moderna. Foi preciso pôr em ação um conjunto de dispositivos para que a escola não fosse mais considerada “tradicional”. Numa das reuniões pedagógicas, em 1969, registrou-se que “Criança ocupada é criança disciplinada”. A avaliação constante, as provas, os exames finais, enfim, a aprovação e reprovação integravam esse conjunto de estratégias.

Os inspetores escolares também são presentes durante toda a pesquisa, tanto nos registros dos relatórios, quanto nos relatos orais. Os assuntos tratados pelos inspetores em suas visitas de inspeção eram diversos, desde a legislação escolar vigente ao necessário bom relacionamento entre o corpo docente.

Nesse período, a função do inspetor escolar, pessoa de confiança do governo e por ele designada, era promover o patriotismo e formar cidadãos republicanos aptos a cultuar a nação, o que justifica muitas dessas cobranças exercidas aos professores e gestores escolares. Ou seja, eles tinham uma meta a ser cumprida, a homogeneização de um conjunto de saberes e de fazeres escolares.

Por fim, chamo a atenção para o fato de que os documentos aos quais tive acesso, não se encontram em bom estado de conservação, o que valoriza ainda mais os registros aqui deixados. Talvez seja uma oportunidade de preservar as memórias sobre a escola em foco, memórias tão importantes para a construção da história da educação e das instituições escolares do município de Santa Rosa do Sul.

FONTES

ATA da terceira Reunião Pedagógica. Santa Rosa, 30 de maio de 1958. (EEB João dos Santos Areão).

ATA da segunda Reunião Pedagógica. Santa Rosa, 30 de março de 1959. (EEB João dos Santos Areão).

ATA da quarta Reunião Pedagógica. Santa Rosa, 25 de maio de 1959. (EEB João dos Santos Areão).

ATA da quinta Reunião Pedagógica. Santa Rosa, 1959. (EEB João dos Santos Areão).

DISPOSIÇÕES relativas ao ensino primário. Livraria Moderna, 1919. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis).

PARECER nº 65/71, sobre o Grupo Escolar João dos Santos Areão. Santa Rosa (Sombrio), 1971. (EEB João dos Santos Areão).

PARECER nº 169/72, sobre a Escola Básica João dos Santos Areão. Santa Rosa, (Sombrio), 1972. (EEB João dos Santos Areão).

REGIMENTO do Colégio Estadual João dos Santos Areão. Santa Rosa, 1989. (EEB João dos Santos Areão).

RELATÓRIO da Escola Reunida Professor André Antonio de Souza. Santa Rosa, Sombrio, 1958. (EEB João dos Santos Areão).

RELATÓRIO da Escola Reunida Professor André Antonio de Souza. Santa Rosa, Sombrio, 1959. (EEB João dos Santos Areão).

RELATÓRIO do Grupo Escolar João os Santos Areão. Santa Rosa, Sombrio, 1964. (EEB João dos Santos Areão).

RELATÓRIO do Grupo Escolar João os Santos Areão. Santa Rosa, Sombrio, 1965. (EEB João dos Santos Areão).

RELATÓRIO do Grupo Escolar João os Santos Areão. Santa Rosa, Sombrio, 1966. (EEB João dos Santos Areão).

RELATÓRIO do Grupo Escolar João os Santos Areão. Santa Rosa, Sombrio, 1968. (EEB João dos Santos Areão).

RELATÓRIO do Grupo Escolar João os Santos Areão. Santa Rosa, Sombrio, 1969. (EEB João dos Santos Areão).

RELATÓRIO do Colégio Estadual João dos Santos Areão. Santa Rosa do Sul, 1999. (EEB João dos Santos Areão).

SANTA CATARINA Regimento interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina. 1911. Florianópolis: Tipografia D'O Dia.

SEGUNDO Termo de visitas da inspetora escolar Nair Alves Bratti. Santa Rosa (Sombrio), 21, 22 e 27 a 29 de maio de 1964. (EEB João dos Santos Areão).

TERCEIRO Termo de visita da inspetora escolar Nair Alves Bratti. Santa Rosa (Sombrio), 1965. (EEB João dos Santos Areão).

FONTES ORAIS

TEIXEIRA, Eny de Souza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Santa Rosa do Sul, 10 de janeiro de 2011.

RAUPP, Maria Luiza. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Torres, 1º de fevereiro de 2011.

SANTOS, Gonçalves Ramos dos. Entrevista concedida à Raquel Farias de Borba. Sombrio, 10 de fevereiro de 2011.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-202.

_____. **Ouvir contar**: textos de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. História oral e a construção da história de vida. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.); **Tempos, narrativas e ficções**: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 313-323.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução: Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Lavallée. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BÚRIGO, Tania Bernadete Serafim. **Grupo escolar Professor Padre Schüller** – educação, história e memória em Cocal do Sul – Santa Catarina. 2008. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930**: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

COELHO, Rolando Christian Sant Helena. **Santa Rosa do Sul**: raízes. Sombrio: Sul Gráfica, 2012.

CUNHA, Maria Teresa Santos dos. No tom e no tema. Escritas ordinárias na perspectiva de cultura escolar (segunda metade do século

XX). In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 79-99.

DI GIORGI, Cristiano. **A escola nova**. São Paulo: Ática, 1986.

FACIN, Helenara Plaszewski. **O caderno de planos da professora Nelly Cunha (1941-1946): vestígios da Escola Nova no Rio Grande do Sul**, 2006. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/ Texto.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Texto.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2011.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo**. 2. ed. Florianópolis: Ed. do autor, 2001.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. rev. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 107.

_____. Apresentação. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SCHÜEROFF, Dilce (Org.). **Memória docente: histórias de professores catarinenses (1890-1950)**. Florianópolis: UDESC, 2010, p. 8-24.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Professoras: histórias e discursos de um passado presente**. Pelotas: Seiva, 2005.

FONSECA, Thais Nivia de Lima E. História da educação e história cultural. In: _____.; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 49-76.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONÇALVES, Rosemari Conti. **Gênese da Diretoria de Instrução Pública na Província de Santa Catarina: 1830-1859**. 2000.

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

_____. **Matizes da ação inspetora no ensino catarinense: agentes policiais e eclesiais (1830-1858)**. Disponível em: www.anped.org.br/.../25/posters/rosemarigoncalvesp02.rtf.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas: modos de educação escolar na primeira república**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 141-154.

_____. Igreja e escola: um estudo de comensalismo institucional entre imigrantes alemães luteranos em Santa Catarina. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (Org.) **Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011, p. 239-263.

LEMONS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Entre a palmatória e a moral. **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz, ano 2, n. 15, p. 80-82, jan./ 2005.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCIANO, Fábila Liliã. **Gênese e expansão do magistério público na província de Santa Catharina nos anos de 1836 a 1889**. 2001. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP).

MACHADO, Vanderlei. **Menino não chora: as representações de corpo e gênero nos Grupos Escolares de Florianópolis (1910-1930)**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 54-72, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1828/1404>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

MIGNOT, Ana Crystina Venâncio. **Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História geral da civilização brasileira, t. 3, v. 9).

NASCIMENTO, Dorval. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 21, p. 123-143, set./dez. 2009. Disponível em: <[www.rbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/65/72](http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/65/72)>. Acesso em: 8 nov. 2012.

NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores**. V. 4. Porto: Porto Editora, 1992.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OTTO, Clarícia. As escolas paroquiais: meta para a Igreja afirmar sua presença na sociedade. **Blumenau em cadernos**, tomo XLIII, n. 01/02, p. 71-81, jan./fev./2002, Fundação Cultural de Blumenau.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)**. Florianópolis: Insular, 2006.

_____. A educação de imigrantes italianos em Santa Catarina. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (Org.) **Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011, p. 265-283.

_____. As escolas italianas entre o político e o cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas: modos de educação escolar na primeira república**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 105-140.

_____; KRETZER, Altamiro Antônio. Educação e instituições religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano I, n. 3, jan./2009, p. 259-282. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf2/texto%2014.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2012.

_____. **Nos rastros da memória.** Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História & história cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto história, n. 15, São Paulo, abr./1997. p.13-49.

RABELO, Giani; LOURENÇO, Leila; COSTA, Marli de Oliveira. **A escola na colina:** Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002). Criciúma: UNESC, 2003. (Série Cadernos da História das Escolas da Rede Municipal de Criciúma, n. 1).

RABELO, Giani. As práticas educativas elucidadas num documento textual e iconográfico: problematizações à luz dos estudos de Roger Chartier sobre a história da escrita e da leitura.

Disponível

em:

<www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/413GianiRabelo.pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2012.

_____; DENSKI, Maria Dolores; CÂMARA, Maurício Ruiz. Cultura material escolar: preservação do direito à memória histórica como parte da cidadania cultural. **Patrimônio e memória**, v. 6, n. 1, p. 221-244, UNESP/FCLAs/CEDAP, jun./ 2010.

_____; LOURENÇO, Leila (Org.). **Das memórias à história:** a trajetória da Escola Pública Municipal “Padre José Francisco Bertero”. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010a. (Cadernos de História da Educação das Escolas da rede pública de Criciúma, n. 4).

_____. **Entre o hábito e o carvão:** pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/12864>>.

_____ et al. O GRUPEHME e a história da educação, Criciúma, SC. **Unirevista**, v. 1, n. 2, p. 1-5, Unisinos, São Leopoldo, abr./2006.

_____; FERREIRA, Edinalva Leal. Vida religiosa e magistério: a construção da identidade docente. *Seminário de Pesquisa da Linha “Educação, Linguagem e Memória”*, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2010b. Disponível em:

<<http://periodicos.unesc.net/index.php/SELM/article/view/448>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

REITZ, P. Raulino. **Paróquia de Sombrio**: ensaio de uma monografia paroquial. Brusque: Imprimatur, 1948. (Edição comemorativa do 10º aniversário-1938/1948).

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Coord.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 93-101.

SCHÜEROFF, Dilce. **Castigos escolares no ensino primário catarinense (1910-1940)**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SANFELICE, José Luiz. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2012.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Grupos Escolares: criação mais feliz da república? Mapeamento da Produção em Santa Catarina. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 31-53, jan./jun./2009.

_____; SCHÜEROFF, Dilce (Org.). **Memória docente: histórias de professores catarinenses (1890-1950)**. Florianópolis: UDESC, 2010.

SOUZA, Rita de Cássia de. **História das punições e da disciplina escolar**: grupos escolares de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Argvmentvm; FAFEMIG, 2008.

_____. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares:** Uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da *Revista do Ensino* (1925-1930). 2001. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

_____. Punição e disciplina: a *Revista do Ensino* e as reformas educacionais mineiras (1925-1930). Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/ritacassiasouzat02.rtf>. Acesso em: 4 nov. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-190.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. “**Uma vez normalista, sempre normalista**”: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico – (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

_____; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república:** os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado das Letras, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOKARSKI, Fernando. Andar na aula: uma salvaguarda do polonismo. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas:** modos de educação escolar na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 69-103.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. **O poder do canto ou o canto do poder:** Um olhar sobre o uso do canto como prática pedagógica no Estado de Santa Catarina num contexto autoritário (1937-1945). 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 497-518.

_____; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina (1880-1940). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 13-30, mai./jun./jul./ago. 1998.

ANEXOS

Anexo A

ROTEIRO DE ENTREVISTA ORAL

1 DADOS PESSOAIS:

- Nome completo.
- Local e data nascimento.
- Estado civil.
- Filhos.

2 FORMAÇÃO/ ESCOLARIDADE:

- Em que escolas estudou/cidade e estado.
- Cursos: primário, ginásio, normal.
- Cursos de formação continuada.

3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIA DE VIDA:

- Gostaria que você me contasse como se tornou professora.
- Qual período trabalhou como professora?
- Por que escolheu ser professora, teve influência de alguém?
- Gostaria que você me contasse sobre os momentos mais felizes na sua carreira de professor.
- E as dificuldades.
- Como era a escola que você trabalhava?
 - a) Sua relação com os outros professores;
 - b) Havia inspetor escolar?

- c) Como era feita a avaliação dos alunos?
 - d) E o material didático?
 - e) O que você ensinava?
 - f) Você conseguia associar os conteúdos ao dia a dia das crianças?
 - g) Como você avaliava seus alunos?
 - h) E as punições?
 - i) Havia registro de atividade?
 - j) A família participava da vida escolar?
 - k) Qual era a realidade das famílias nessa comunidade?
 - l) E a política partidária exercia influência na escola?
 - m) Como era a estrutura física da escola?
 - n) Havia merenda escolar?
- Resumindo sua carreira de professora, você se realizou como profissional da educação ou faria algo diferente?

Anexo B

CARTA DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu, MARIA LUIZA CYRELI RAUPP, casada, aposentada, RG 002.284.150/47, domiciliado (a) e residente em Torres, à rua Cav. José Maia Filho _____ x _____ x _____, n° 171, Bairro: Centro, declaro ceder à pesquisadora RAQUEL FARIAS DE BORBA, professora, RG 4.196.528 SSP/SC, domiciliada e residente em Santa Rosa do Sul, à rua Manoel Idalino Pereira, n° 197, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental prestados na cidade de Torres no mês de Janeiro de 2011, num total de 1 hora e 59 min. gravada e que totalizou 11 páginas de transcrições e que foram por mim rubricadas com a rubrica (MLR).

A pesquisadora, RAQUEL FARIAS DE BORBA, fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, a mencionada entrevista no todo ou em parte, editada ou não bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Torres, 16 de maio de 2012.

Maria Luiza Cyrelí Raupp

Assinatura da Entrevistada

Anexo C

CARTA DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu, Eny de Souza Teixeira, divorcida, aposentada, RG 6.202.896, domiciliado (a) e residente em Santa Rosa do Sul, à rua XV de Novembro, nº 221, Centro, declaro ceder à pesquisadora RAQUEL FARIAS DE BORBA, professora, RG 4.196.528 SSP/SC, domiciliada e residente em Santa Rosa do Sul, à rua Manoel Idalino Pereira, nº 197, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental prestados na cidade de Santa Rosa do Sul, no mês de Janeiro de 2011, num total de 32 min. gravada e que totalizou 04 páginas de transcrições e que foram por mim rubricadas com a rubrica (Eny).

A pesquisadora, RAQUEL FARIAS DE BORBA, fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, a mencionada entrevista no todo ou em parte, editada ou não bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Santa Rosa do Sul, 10 de junho de 2012.

Eny de Souza Teixeira

Assinatura da Entrevistada

Anexo D

CARTA DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu, Gonçalves Ramos dos Santos, casada, aposentada, RG 149 210, domiciliado (a) e residente em Sombriol, à rua Castano Lumentz, nº 811, Centro, declaro ceder à pesquisadora RAQUEL FARIAS DE BORBA, professora, RG 4.196.528 SSP/SC, domiciliada e residente em Santa Rosa do Sul, à rua Manoel Idalino Pereira, nº 197, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental prestados na cidade de Santa Rosa do Sul, no mês de Janeiro de 2011, num total de 45 min. gravada e que totalizou 06 páginas de transcrições e que foram por mim rubricadas com a rubrica (GRB).

A pesquisadora, RAQUEL FARIAS DE BORBA, fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, a mencionada entrevista no todo ou em parte, editada ou não bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Sombrio, 20 de abril de 2012.

Gonçalves Ramos dos Santos
Assinatura da Entrevistada

Anexo E



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI Nº 1.109, de 04 de janeiro de 1988.

O Deputado Juarez Furtado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com o § 6º, do art. 67 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Lei:

"Cria o Município de Santa Rosa".

Art. 1º - Fica criado o Município de Santa Rosa desmembrado do Município de Sombrio, e constituído pela área do Distrito de Santa Rosa.

Art. 2º - O Município de Santa Rosa terá como sede o antigo Distrito de Santa Rosa, elevado à categoria de cidade, com a denominação de Santa Rosa.

Art. 3º - O Município criado por esta Lei terá as seguintes delimitações:

" Com o Município de Sombrio: partindo do limite intermunicipal com Jacinto Machado, no alto do morro com cota de 373 metros (Coordenadas UTM 620,14 km E e 6787,74 km N), segue pelo divisor de águas até alcançar o Morro das Moças, continuando até o Morro da Garuva; desce pela vertente Sudoeste e, em reta, segue até alcançar a confluência de uma sanga sem nome, no Córrego Garuva (Coordenadas UTM 623,35 km E e 6786,03 km N); continua, em reta, até o início da vertente (Coordenadas UTM 622,95 km E e 6785,55 km N); sobe pela vertente e continua pelo divisor de águas, rumo Sul e Leste, passando pelo morro com cota de 278 metros, seguindo em direção Sudoeste e Sul, até alcançar o Morro do Cipó; continua pelo divisor de águas, passando pe